

# REGIÃO CENTRO



**BOLETIM TRIMESTRAL**

INFORMAÇÃO REPORTADA AO PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2009

**02**



# [índice]

## CONJUNTURA

- 02** Enquadramento Nacional
- 04** Mercado de Trabalho
- 10** Desemprego Registado
- 11** Endividamento das Empresas
- 12** Comércio Internacional de Bens
- 14** Turismo
- 15** Construção e Habitação
- 17** Caixas e Terminais Multibanco
- 18** Políticas Públicas na Região Centro
- 22** Cooperação Transnacional do Sudoeste Europeu 2007-2013

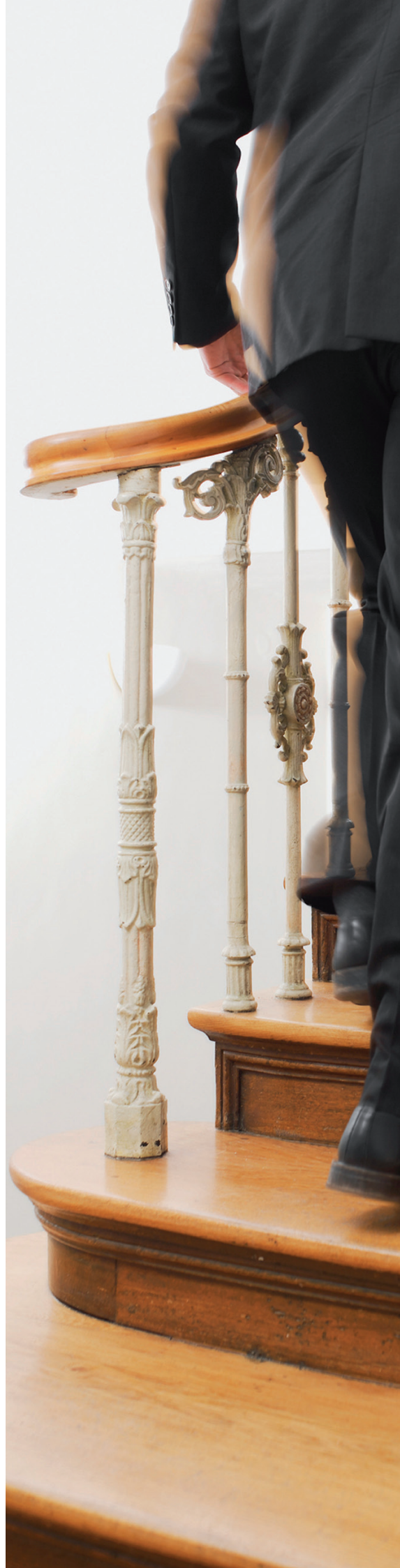
## DINÂMICAS REGIONAIS NA REGIÃO CENTRO

- 24** Sistemas de Incentivos às Empresas no âmbito do QREN

## [ficha técnica]

Editor: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro | Responsável Técnico: Direcção de Serviços de Desenvolvimento Regional | Data de Edição: Setembro de 2009 | Design Gráfico: DallDesign, Unipessoal Lda. | Impressão: DallDesign, Unipessoal Lda. | ISSN: 1647-3612

boletimtrimestral@ccdr.pt  
www.ccdrc.pt







O clima de recessão económica sentido em Portugal, no primeiro trimestre de 2009, teve repercussões mais visíveis na Região Centro, comparativamente com trimestres anteriores. Contudo, em várias dimensões, verificaram-se resultados mais favoráveis na região do que no todo nacional, cujo Produto Interno Bruto (PIB) baixou em 3,7%, em termos homólogos.

A taxa de desemprego, mesmo tendo aumentado o número de reformados e estudantes, subiu na região, para 6,7%, valor aquém do apresentado pelo país, de 8,9%. Pela positiva, salienta-se a subida do salário médio líquido mensal, sem um incremento proporcional do custo do trabalho.

No que toca às sociedades não financeiras, não tendo crescido muito os empréstimos que lhes foram concedidos, o peso do seu crédito vencido neste total aumentou consideravelmente.

As trocas comerciais sofreram, na região, no primeiro trimestre de 2009, quebras significativas em importantes actividades económicas, confirmando o abrandamento da economia. Da mesma forma se verificou, no turismo, uma diminuição do número de hóspedes e de dormidas.

Na construção, baixou o licenciamento de edifícios, tendo, contudo, a conclusão destes aumentado mais que em trimestres anteriores. O fraco dinamismo da actividade económica nesta vertente denotou-se também na quebra homóloga do valor real da habitação, segundo a avaliação bancária que foi efectuada no trimestre em análise.

Ao nível do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), o peso da Região Centro no todo nacional, no que toca aos fundos comunitários aprovados até 31 de Março de 2009, era de 26,5%. Mais especificamente, no Programa Operacional Regional, Mais Centro, destacavam-se os eixos 3 – Consolidação e qualificação dos espaços sub-regionais, 2 – Desenvolvimento das cidades e sistemas urbanos e 1 – Competitividade, inovação e desenvolvimento.

No que toca aos sistemas de incentivos concedidos neste quadro de programação, procurando reforçar a competitividade e a produtividade das empresas, verificou-se que, até Agosto de 2009, os projectos aprovados exclusivamente na Região Centro corresponderam a 32,7% do total nacional.

Tendo-se verificado que as sub-regiões mais industrializadas e com maior densidade económica e populacional viram aprovados mais projectos e fundos, destacou-se ainda neste boletim a actuação do Programa de Valorização Económica dos Recursos Endógenos (PROVERE) no sentido de melhorar a competitividade territorial das áreas de baixa densidade. Este instrumento conta já com oito programas de acção aprovados, embora a Região Centro esteja ainda envolvida em outras Estratégias de Eficiência Colectiva, nomeadamente, seis Pólos de Competitividade e Tecnologia e quatro outros *Clusters*.

# [CONJUNTURA]

## ENQUADRAMENTO NACIONAL

A economia portuguesa, no primeiro trimestre de 2009, atravessou um clima de recessão, patente por um acentuar da quebra do Produto Interno Bruto (PIB) em relação ao mesmo período do ano anterior (-2,0% no quarto trimestre de 2008 e -3,7% no primeiro trimestre de 2009). O nível de actividade baixou e aumentou o desemprego. Consequentemente, também as perspectivas dos agentes económicos se tornaram mais pessimistas.

Quadro 1 - Enquadramento Nacional		1T09	4T08	3T08	2T08	1T08	2008	2007
PIB	v.h. (%)	-3,7	-2,0	0,3	0,7	0,9	0,0	1,9
Procura Interna	v.h. (%)	-5,1	-0,8	1,4	1,8	2,5	1,2	1,7
Consumo das famílias	v.h. (%)	-1,8	1,1	2,3	1,2	2,3	1,7	1,7
Taxa de investimento	%	20,0	22,8	24,0	23,9	24,0	23,7	23,6
Exportações	v.h. (%)	-20,8	-8,8	1,0	2,2	4,1	-0,4	7,8
Importações	v.h. (%)	-20,4	-4,7	3,4	4,5	7,5	2,6	6,1
VAB	v.h. (%)	-3,4	-1,4	0,6	1,0	1,3	0,3	2,0
Taxa de desemprego	%	8,9	7,8	7,7	7,3	7,6	7,6	8,0
IPC - Índice de Preços no Consumidor	v.h. (%)	0,0	1,5	3,0	2,9	2,9	2,6	2,5
Indicador de confiança dos consumidores	%	-51,0	-48,2	-43,0	-44,9	-42,9	-44,8	-35,2
Indicador de clima económico	%	-2,8	-1,1	0,2	1,0	1,0	0,3	-1,1

O Produto Interno Bruto (PIB), a nível nacional, no primeiro trimestre de 2009 registou uma evolução menos favorável do que no trimestre anterior. A sua taxa de variação homóloga<sup>1</sup> fixou-se em -3,7%, tendo sido de -2,0% no trimestre anterior, momento em que o PIB começou a apresentar variações negativas (Quadro 1).

Este comportamento do PIB deveu-se muito à diminuição da procura externa, mas também resultou de uma diminuição da procura interna, que baixou em 5,1%, em termos homólogos, neste trimestre, mais do que já se tinha verificado no trimestre anterior.

O consumo privado, componente da procura interna, vinha apresentando variações positivas nos últimos trimestres, mas sucessivamente mais reduzidas. No primeiro trimestre de 2009, o seu valor diminuiu, fixando-se a sua taxa de variação homóloga em -1,8%. As famílias residentes diminuíram essencialmente o consumo de bens duradouros (a maior quebra homóloga desde 1995), tendo apenas aumentado, ligeiramente, o consumo corrente.

Também o investimento nacional, dado pela Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), diminuiu, neste primeiro trimestre de 2009, reflectindo a diminuição registada em quase todas as suas componentes, mas principalmente na de “material de transporte”. A taxa de investimento, que mede a FBCF em proporção do PIB, caiu de 22,8% no quarto trimestre de 2008 para 20,0%, sendo que, em termos médios, o valor registado ao longo dos anos de 2007 e 2008 tinha sido, respectivamente, de 23,6% e 23,7%.

Quanto à procura externa, verificou-se uma variação fortemente negativa nas exportações, de -20,8%, permitindo aferir que o clima de recessão vivido em Portugal, que os indicadores já referidos evidenciam, era de alguma forma abrangente ao mercado internacional. À semelhança do que aconteceu no primeiro trimestre de 2009 com as exportações, também as importações viram reduzir em 20,4% o seu valor, face ao mesmo período do ano anterior, acentuando o comportamento negativo já verificado no trimestre anterior.

Na óptica da produção, pode-se observar que a oferta, medida através do Valor Acrescentado Bruto (VAB), diminuiu igualmente, 3,4%, face ao primeiro trimestre de 2008. Apenas contornaram esta tendência as “actividades financeiras e imobiliárias”, que registaram um incremento. Pela negativa, destacaram-se os sectores da “construção” e da “indústria”.

A economia nacional foi também mais afectada, comparativamente com trimestres anteriores, ao nível do mercado de trabalho. A taxa de desemprego, que vinha a aumentar desde o terceiro trimestre de 2008, passou de 7,8%, no último trimestre daquele ano, para 8,9%, neste primeiro trimestre de 2009, atingindo o máximo da série iniciada em 1998.

Os preços, medidos através do Índice de Preços no Consumidor (IPC) mensal, mantiveram-se inalterados no primeiro trimestre do ano de 2009, em termos homólogos, tendo registado, no entanto, um crescimento no último mês do trimestre em análise (Março). Esta evolução dos preços não é, ainda assim, positiva para a população portuguesa, representando uma situação em que a procura se pode retrair por não haver poder de compra e pelo clima de recessão vivido. Apesar de a taxa de inflação homóloga ter sido nula, o comportamento dos preços nos diversos sectores foi diferenciado. Assim, os sectores em que os preços mais diminuiriam homologamente foram, à semelhança do último trimestre de 2008, os das “comunicações” e dos “transportes”. Contrapuseram-se-lhes os sectores das “bebidas alcoólicas e tabaco” e da “educação”, com variações positivas.

Ao nível das expectativas dos agentes económicos, as percepções destes reflectem a quebra da actividade que se registou no trimestre em análise, prolongando-se as tendências descendentes. O indicador de confiança dos consumidores do Instituto Nacional de Estatística (INE)<sup>2</sup> registou o valor de -51,0%. O valor mensal mais baixo do trimestre foi atingido em Fevereiro, tendo-se registado uma melhoria já em Março. Por parte das empresas, verificou-se também um maior pessimismo, fixando-se o indicador de clima económico do INE<sup>3</sup> em -2,8%.

<sup>1</sup> Variação homóloga percentual – v.h. (%): trata-se da variação em relação ao mesmo período do ano anterior, em percentagem do valor deste;

Variação homóloga percentual real – v.h.real (%): variação homóloga em volume, sendo retirada a variação dos preços, dados pelo Índice de Preços no Consumidor nacional (base 2008), ou outro indicador mais apropriado.

<sup>2</sup> O indicador de confiança dos consumidores é um meio de medição das expectativas dos consumidores, baseado em respostas de opinião.

<sup>3</sup> O indicador de clima económico é um instrumento semelhante ao indicador de confiança dos consumidores mas que retrata as expectativas dos empresários.



## MERCADO DE TRABALHO

No mercado de trabalho, as alterações ocorridas no primeiro trimestre de 2009 não foram muito favoráveis, apresentando-se, ainda assim, menos negativas para a Região Centro<sup>4</sup> do que para o todo nacional. Na região, apesar do aumento de reformados e estudantes, a população desempregada sofreu um incremento significativo, sobretudo a do sexo masculino e a população com idades compreendidas entre os 25 e os 44 anos de idade. Os contratos com termo foram reduzidos, mas não por contrapartida de um aumento da mesma dimensão de contratos sem termo. Cresceu ainda o número de trabalhadores a tempo parcial. Já o salário médio líquido mensal subiu na região e no país, mas menos do que o custo do trabalho, que, para Portugal, chegou mesmo a diminuir.

De acordo com o Inquérito ao Emprego do Instituto Nacional de Estatística (INE), no primeiro trimestre de 2009 (Quadro 2), a taxa de actividade (15 e mais anos)<sup>5</sup> era, na Região Centro, de 65,8%, superior ao valor registado a nível nacional, de 62,1%. Em termos homólogos, esta taxa diminuiu no país e na Região Centro, sendo maior a quebra registada na região, que decorreu, quase exclusivamente, de uma descida homóloga da taxa verificada nos indivíduos do sexo masculino (redução de 1,2 pontos percentuais (p.p.) nos homens e de apenas 0,1p.p. nas mulheres face ao primeiro trimestre de 2008).

Para a evolução deste indicador na região contribuiu a quebra homóloga de 0,8% da população activa<sup>6</sup>, assente na diminuição de 2,4% da população empregada e no crescimento de 29,2% dos desempregados.

No que respeita à população inactiva<sup>7</sup>, ela cresceu, face ao primeiro trimestre de 2008, 0,9%. Esta variação foi o resultado de um aumento homólogo do número de reformados e estudantes, de 6,5% e 2,1%, respectivamente, sobrepondo-se ao decréscimo de domésticos e outros inactivos.

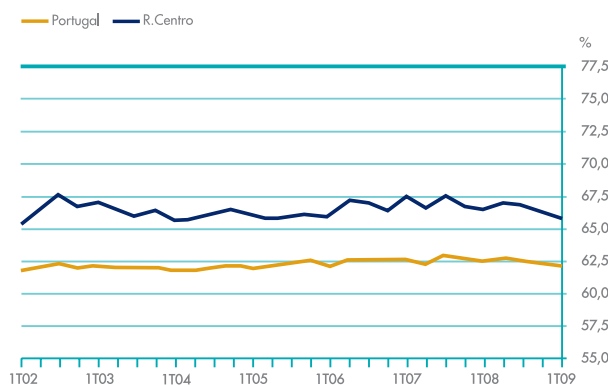
<sup>4</sup> A análise efectuada à Região Centro refere-se sempre a 100 municípios, pois é para esta NUTS II que são construídos e disponibilizados os dados do INE e da maior parte das outras fontes estatísticas utilizadas neste boletim.

<sup>5</sup> A taxa de actividade (15 e mais anos), de acordo com o INE, "permite definir a relação entre a população activa e a população em idade activa (com 15 e mais anos de idade)".

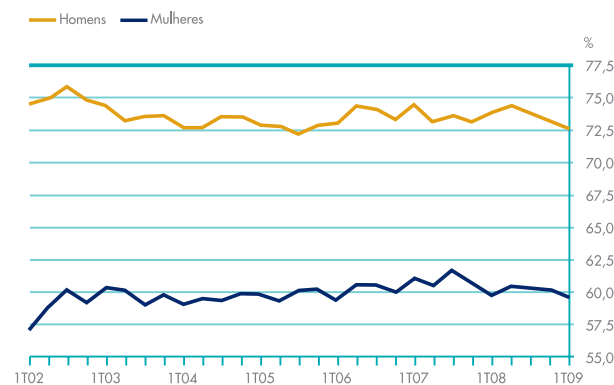
<sup>6</sup> Segundo o INE, toma-se como população activa "o conjunto de indivíduos com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, constituíam a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (empregados e desempregados)".

<sup>7</sup> A população inactiva é "o conjunto de indivíduos qualquer que seja a sua idade que, no período de referência, não podem ser considerados economicamente activos, isto é, não estavam empregados, nem desempregados, nem a cumprir o Serviço Militar Obrigatório".

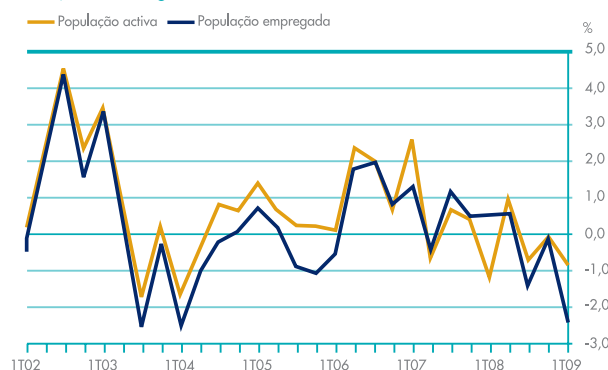
**Taxa de actividade em Portugal e na Região Centro**



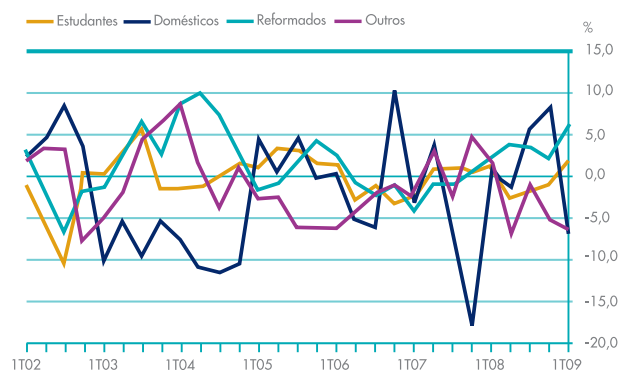
**Taxa de actividade na Região Centro por sexo**



**População activa e população empregada na Região Centro (variação homóloga)**



**População inactiva na Região Centro por condição perante o trabalho (variação homóloga)**



Quadro 2 - Actividade		1T09	4T08	3T08	2T08	1T08	2008	2007
Taxa de actividade (15 e mais anos)								
Portugal	%	62,1	62,3	62,5	62,7	62,5	62,5	62,6
Região Centro	%	65,8	66,4	66,8	67,0	66,5	66,7	67,0
	v.h.(p.p.)	-0,7	-0,3	-0,6	0,4	-0,9	-0,4	0,4
Homens	%	72,6	73,3	73,8	74,3	73,8	73,8	73,6
Mulheres	%	59,6	60,1	60,3	60,4	59,7	59,7	60,9
População activa - Região Centro	milhares	1.351,3	1.363,2	1.369,1	1.374,1	1.362,2	1.367,2	1.371,1
	v.h.(%)	-0,8	-0,2	-0,7	0,9	-1,2	-0,3	0,7
Empregados	milhares	1.261,1	1.284,9	1.290,7	1.302,6	1.292,4	1.292,7	1.294,5
	v.h.(%)	-2,4	-0,2	-1,4	0,5	0,5	-0,1	0,6
Desempregados	milhares	90,2	78,3	78,4	71,5	69,8	74,5	76,6
	v.h.(%)	29,2	0,8	12,2	7,8	-24,5	-2,7	2,9
População inactiva - Região Centro	milhares	1.031,7	1.021,3	1.015,3	1.009,9	1.022,1	1.017,2	1.012,7
	v.h.(%)	0,9	0,2	1,0	-1,1	1,7	0,4	-1,0
Estudantes	milhares	387,6	373,8	366,6	368,1	379,7	372,0	375,3
	v.h.(%)	2,1	-0,9	-1,5	-2,5	1,4	-0,9	0,0
Domésticos	milhares	109,5	108,4	109,3	110,0	117,5	111,3	107,9
	v.h.(%)	-6,8	8,2	5,8	-1,2	0,5	3,2	-6,2
Reformados	milhares	357,8	353,3	347,0	345,1	336,0	345,3	335,3
	v.h.(%)	6,5	2,2	3,6	3,9	2,3	3,0	-1,3
Outros	milhares	176,8	185,8	192,4	186,7	188,8	188,4	194,2
	v.h.(%)	-6,4	-5,3	-1,1	-6,9	1,8	-3,0	0,7

A taxa de emprego<sup>8</sup> diminuiu na região e no país, no primeiro trimestre de 2009, em comparação com o mesmo período do ano anterior, fixando-se em 56,6% para Portugal e em 61,5% para a Região Centro (Quadro 3). No que toca à idade, verificaram-se comportamentos diferenciados face ao primeiro trimestre de 2008, consoante se tratou da taxa de emprego dos jovens (15 – 24 anos), que aumentou para 35,3% (ainda que tenha diminuído face ao trimestre anterior), ou da de indivíduos com 65 anos ou mais, que baixou para 33,3%.

A quebra da taxa de emprego, na Região Centro, foi explicada pela diminuição homóloga da população empregada, de 2,4%, passando esta para 1.261,1 milhares de indivíduos. Embora esta diminuição do emprego tenha sido generalizada ao nível do sexo e da idade dos indivíduos, denotou-se uma queda homóloga mais acentuada no número de empregados homens (-4,1%), nos indivíduos com idades compreendidas entre os 25 e os 44 anos de idade (-3,5%) e no sector da “construção” (-9,8%). Ao nível dos restantes sectores de actividade, apenas apresentaram aumentos ao nível da população empregada os sectores das “actividades financeiras, imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas” e de “outras actividades de serviços”.

Também no que toca à situação na profissão se observou uma quebra homóloga na região, neste primeiro trimestre de 2009, no conjunto dos trabalhadores por conta de outrem (-1,4%), assim como nos trabalhadores por conta própria, sendo a destes superior (-5,5%).

No caso dos trabalhadores por conta de outrem, denota-se que, apesar de os contratos com termo terem sido reduzidos, em termos homólogos, em 7,3%, a situação menos precária, de emprego apoiado em contratos sem termo, aumentou, apenas ligeiramente, em 0,7%. No que toca à duração do trabalho, diminuiu o trabalho a tempo completo, por contrapartida de um aumento do trabalho a tempo parcial, com variações homólogas de -1,8% e 3,3%, respectivamente. Quanto às habilitações literárias dos trabalhadores por conta de outrem, os mais afectados foram aqueles que não possuíam qualquer nível de instrução, reduzindo-se o seu número em ¼ face ao primeiro trimestre de 2008.

<sup>8</sup> A taxa de emprego é dada pelo quociente entre a população empregada e a população com mais de 15 anos de idade.

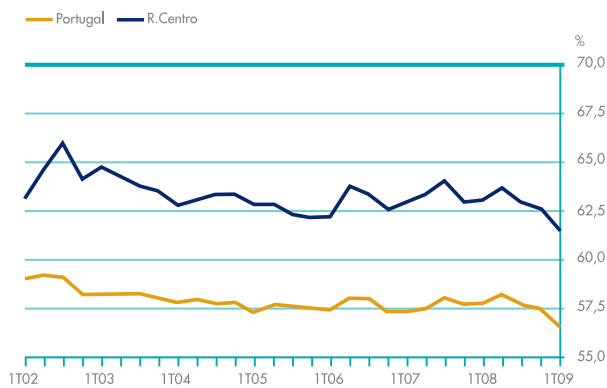
Não foi, no entanto, ao nível do ensino superior que se obteve uma melhor evolução, caindo também o número de trabalhadores por conta de outrem com

este grau de escolaridade, em 5,1%. O emprego cresceu apenas para os trabalhadores por conta de outrem com o ensino secundário e pós-secundário, em 1,1%, em termos homólogos.

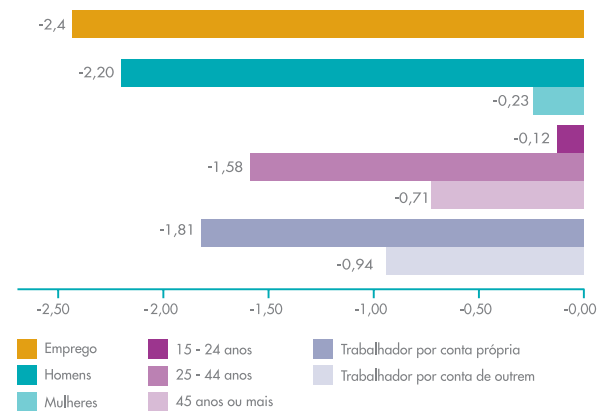
Em relação aos trabalhadores por conta própria, verificou-se que quer o número de isolados quer o número de empregadores vinham já a registar quebras homólogas nos trimestres precedentes. Contudo, estas foram superiores no primeiro de 2009. O emprego de isolados caiu em 4,1% e o de empregadores, que poderia constituir um factor de promoção de maior dinamismo da economia, diminuiu em 13,8%.

<sup>9</sup> "A contribuição de uma dada componente para a variação homóloga de um determinado agregado populacional no trimestre t é calculada como a variação homóloga (absoluta) dessa componente em relação ao nível inicial (do trimestre homólogo) do agregado em causa. Por exemplo, sendo A a população activa, E a população empregada e D a população desempregada, os contributos (em %) da variação homóloga da população empregada e da população desempregada para a variação homóloga da população activa são, respectivamente, dados por  $[(E_t - E_{t-4})/A_{t-4}] * 100$  e  $[(D_t - D_{t-4})/A_{t-4}] * 100$ , em que t é o trimestre. A soma dos contributos das várias componentes de um agregado iguala a taxa de variação homóloga desse agregado. No exemplo, a soma dos contributos das duas componentes, emprego e desemprego, iguala a taxa de variação homóloga da população activa".

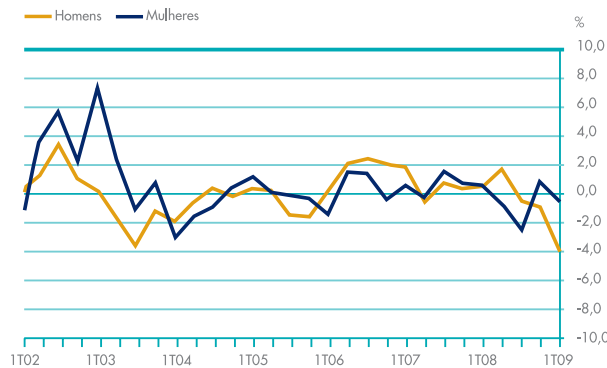
Taxa de emprego em Portugal e na Região Centro



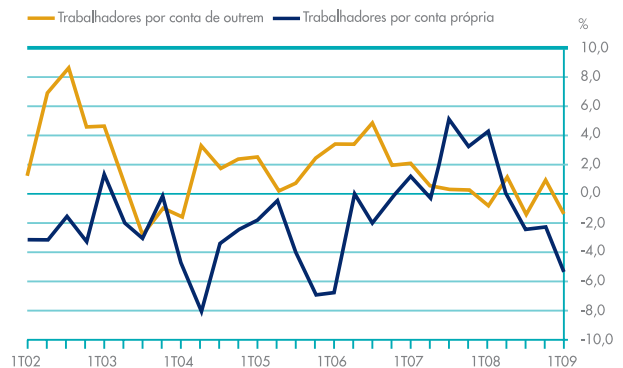
Contributos<sup>9</sup> para a taxa de variação homóloga do emprego na Região Centro (%)



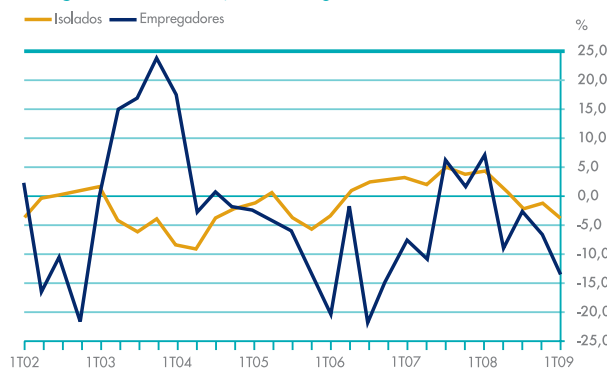
População empregada na Região Centro por sexo (variação homóloga)



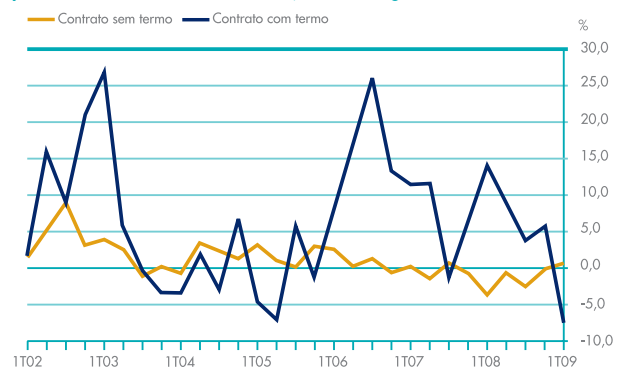
População empregada por situação na profissão na Região Centro (variação homóloga)



População empregada por conta própria na Região Centro (variação homóloga)

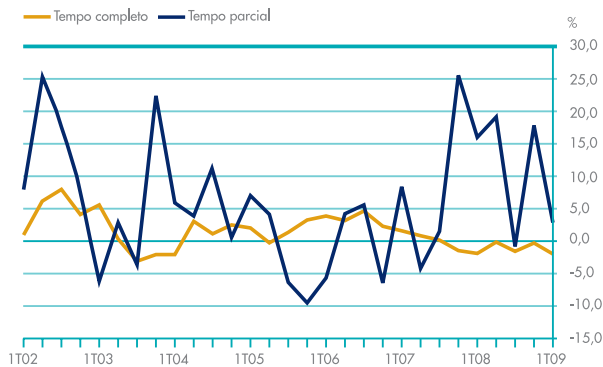


População empregada por conta de outrem na Região Centro por contrato de trabalho (variação homóloga)

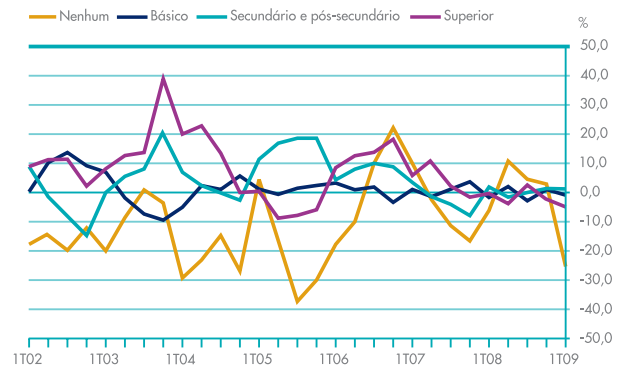




População empregada por conta de outrem na Região Centro por regime de duração de trabalho (variação homóloga)



População empregada por conta de outrem na Região Centro por nível de escolaridade mais elevado completo (variação homóloga)



Quadro 3 - Emprego

		1T09	4T08	3T08	2T08	1T08	2008	2007
Taxa de emprego (15 e mais anos)								
<b>Portugal</b>	%	56,6	57,5	57,7	58,1	57,8	57,8	57,7
<b>Região Centro</b>	%	61,5	62,6	62,9	63,6	63,1	63,1	63,3
	v.h.(p.p.)	- 1,6	- 0,3	- 1,1	0,3	0,2	- 0,2	0,3
Homens	%	68,4	69,6	70,8	71,6	71,4	70,9	70,9
Mulheres	%	55,1	56,2	55,7	56,2	55,4	55,9	56,3
15 - 24 anos	%	35,3	38,5	36,7	35,2	34,8	36,3	36,3
65 anos ou mais	%	33,3	34,2	34,3	34,6	34,8	34,5	36,0
<b>População empregada - Região Centro</b>	milhares	1.261,1	1.284,9	1.290,7	1.302,6	1.292,4	1.292,7	1.294,5
	v.h.(%)	- 2,4	- 0,2	- 1,4	0,5	0,5	- 0,1	0,6
Homens	v.h.(%)	- 4,1	- 1,0	- 0,4	1,6	0,5	0,2	0,6
Mulheres	v.h.(%)	- 0,5	0,8	- 2,5	- 0,7	0,5	- 0,5	0,7
15 - 24 anos	v.h.(%)	- 1,7	5,5	- 4,7	- 5,1	- 3,0	- 1,9	- 4,0
25 - 44 anos	v.h.(%)	- 3,5	- 0,7	- 1,5	0,4	0,2	- 0,4	- 0,5
45 anos ou mais	v.h.(%)	- 1,5	- 0,6	- 0,8	1,6	1,5	0,4	2,5
Agricultura, caça e silvicultura; pesca e aqüicultura	v.h.(%)	- 2,6	- 3,3	- 1,3	- 2,9	- 1,7	- 2,3	0,2
Indústria, incluindo energia	v.h.(%)	- 0,5	4,2	0,6	8,3	4,6	4,3	- 3,1
Construção	v.h.(%)	- 9,8	- 18,8	- 14,2	- 12,8	- 11,8	- 14,4	17,0
Comércio e reparações; alojamento e restauração; transportes e comunicações	v.h.(%)	- 4,6	5,8	1,8	6,6	12,8	6,6	1,3
Actividades financeiras, imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas	v.h.(%)	4,1	- 6,5	- 9,4	3,0	- 1,4	- 3,7	10,0
Outras actividades de serviços	v.h.(%)	0,7	5,0	3,0	- 1,0	- 4,7	0,4	- 5,9
<b>Trabalhadores por conta de outrem</b>	milhares	844,3	865,3	857,4	870,7	856,4	862,5	863,0
	v.h.(%)	- 1,4	0,8	- 1,3	1,0	- 0,7	- 0,1	0,8
Contratos sem termo	v.h.(%)	0,7	- 0,2	- 2,4	- 0,7	- 3,4	- 1,7	- 0,2
Contratos com termo	v.h.(%)	- 7,3	5,6	4,1	9,0	14,0	8,1	6,8
Tempo completo	v.h.(%)	- 1,8	- 0,3	- 1,4	- 0,1	- 1,8	- 0,9	0,5
Tempo parcial	v.h.(%)	3,3	17,7	- 0,4	18,9	16,4	13,3	7,0
Nenhum grau de escolaridade	v.h.(%)	- 25,0	2,9	4,6	10,4	- 6,1	2,8	- 4,8
Básico	v.h.(%)	- 0,4	1,3	- 2,5	2,4	- 1,3	0,0	1,0
Secundário e pós-secundário	v.h.(%)	1,1	1,1	- 0,1	- 1,4	2,1	0,4	- 2,2
Superior	v.h.(%)	- 5,1	- 2,0	2,1	- 3,8	- 0,5	- 1,1	4,2
<b>Trabalhadores por conta própria</b>	milhares	403,3	411,3	422,4	423,7	426,7	421,0	422,7
	v.h.(%)	- 5,5	- 2,2	- 2,4	- 0,2	4,3	- 0,2	2,3
Isolados	v.h.(%)	- 4,1	- 1,5	- 2,3	1,4	3,9	0,3	3,3
Empregadores	v.h.(%)	- 13,8	- 6,5	- 2,7	- 9,3	6,7	- 3,0	- 3,3

No que toca ao desemprego (Quadro 4), a taxa de desemprego<sup>10</sup> aumentou, em Portugal, para 8,9%, tendo-se também registado um crescimento da mesma na Região Centro. Não obstante, esta taxa, na região, manteve-se abaixo do valor nacional, fixando-se em 6,7%. Para a região, denotou-se ainda que, apesar de a taxa ser superior para as mulheres (7,6%), tinha vindo a aumentar desde o

<sup>10</sup> A taxa de desemprego é a relação entre a população desempregada e a população activa.

primeiro trimestre de 2008 para o sexo masculino, passando de 3,3% nesse período para 5,9% no primeiro trimestre de 2009. Por idades, conclui-se que, para todas as faixas consideradas, houve incrementos da taxa de desemprego, face ao trimestre homólogo e ao anterior.

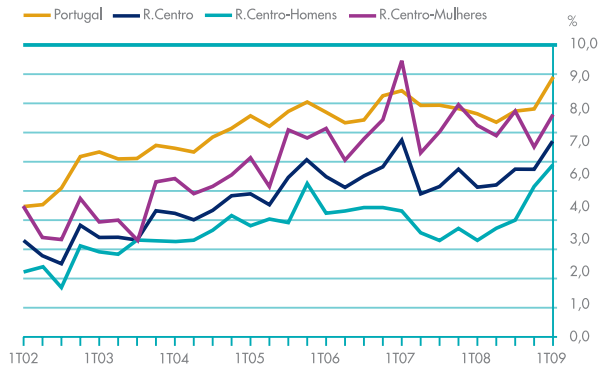
Os comportamentos registados pela taxa de desemprego são justificados essencialmente pela evolução ocorrida na população desempregada, que aumentou na região, em 29,2%, no primeiro trimestre de 2009, face ao trimestre homólogo. Tendo-se verificado um incremento desta variável que abrangeu ambos os sexos e todas as faixas etárias, destaca-se o facto de o número de homens desempregados ter subido em 74,6% e a população desempregada entre os 25 e os 44 anos em 52,2%, face ao primeiro trimestre de 2008. Tratou-se sobretudo de indivíduos à procura de novo emprego (mais 38,3% do que no primeiro trimestre do ano anterior), tendo baixado o número de desempregados à procura do primeiro trabalho, em 17,2%. Quanto à duração do desemprego, tanto os desempregados há menos de 12 meses como os de longa duração (superior a um ano) apresentaram acréscimos, de 32,3% e 20,5%, respectivamente.

Os dados do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) vêm confirmar os apresentados pelo INE, para a Região Centro. O desemprego registado fixou-se, no primeiro trimestre de 2009, em 92,8 milhares de indivíduos, tendo aumentado, face ao primeiro trimestre de 2008, em 20,4%. A taxa de desemprego registado<sup>11</sup> foi de 5,9%, mantendo-se a tendência de crescimento da mesma, verificada desde o terceiro trimestre de 2008. Para este comportamento contribuiu o facto de, dos indivíduos inscritos nos centros de emprego como desempregados, ter crescido em 27,5%, de 2008 para 2009, o número dos que o fizeram no primeiro trimestre do ano.

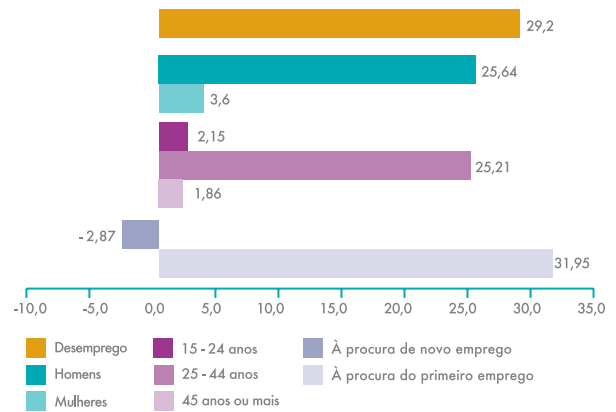
<sup>11</sup> A taxa de desemprego registado foi construída tendo em conta o rácio entre o desemprego registado (dados do IEFP) e a população média no grupo etário dos 15 – 64 anos, por município ou região, no ano de 2008 (dados do INE). Devido à sua fórmula de cálculo, a taxa de desemprego registado não deve, por isso, ser comparada com a taxa de desemprego divulgada pelo INE. No Inquérito ao Emprego realizado pelo INE, os valores referem-se à estimativa efectuada da população desempregada e da população activa. No caso da taxa de desemprego registado, contabilizam-se os indivíduos que se registaram como desempregados no IEFP face ao total da população residente com idade compreendida entre os 15 e os 64 anos, independentemente de serem considerados ou não população activa.

Quadro 4 - Desemprego		1T09	4T08	3T08	2T08	1T08	2008	2007
Taxa de desemprego								
Portugal	%	8,9	7,8	7,7	7,3	7,6	7,6	8,0
Região Centro	%	6,7	5,7	5,7	5,2	5,1	5,4	5,6
	v.h.(p.p.)	1,6	0,0	0,6	0,3	-1,6	-0,2	0,1
Homens	%	5,9	5,1	4,0	3,7	3,3	4,0	3,7
Mulheres	%	7,6	6,5	7,7	6,9	7,2	7,1	7,7
15 - 24 anos	%	14,5	10,1	10,8	14,3	13,1	12,1	13,6
25 - 44 anos	%	8,3	7,6	7,3	5,6	5,4	6,7	6,4
45 anos ou mais	%	3,7	3,1	3,3	3,2	3,4	3,3	3,3
População desempregada - R. Centro	milhares	90,2	78,3	78,4	71,5	69,8	74,5	76,6
	v.h.(%)	29,2	0,8	12,2	7,8	-24,5	-2,7	2,9
Homens	v.h.(%)	74,6	37,1	22,4	4,3	-23,8	8,2	-13,5
Mulheres	v.h.(%)	5,5	-18,2	6,9	10,1	-24,9	-8,6	14,6
15 - 24 anos	v.h.(%)	10,5	-34,8	-16,2	68,1	-32,2	-14,2	11,6
25 - 44 anos	v.h.(%)	52,2	19,2	26,8	-7,6	-29,4	0,2	-1,9
45 anos ou mais	v.h.(%)	6,0	-3,4	6,0	8,6	-8,4	0,1	7,1
À procura do primeiro emprego	v.h.(%)	-17,2	-20,8	18,6	72,5	-19,4	3,1	26,4
À procura de novo emprego	v.h.(%)	38,3	5,1	11,1	0,3	-25,4	-3,7	-0,3
Há menos de 12 meses	v.h.(%)	32,3	-9,3	15,3	11,3	-27,8	-5,7	1,8
Há 12 meses ou mais	v.h.(%)	20,5	15,2	5,0	4,0	-18,3	0,7	2,0
Dados do IEFP - R. Centro								
Desemprego registado	milhares	92,8	80,9	77,1	75,1	77,1	77,5	77,6
	v.h.(%)	20,4	7,4	3,8	0,4	-10,2	0,0	-7,7
Taxa de desemprego registado	%	5,9	5,2	4,9	4,8	4,9	5,0	5,0
Novos desempregados	milhares	41,3	37,9	36,8	29,4	32,4	34,1	29,5
	v.h.(%)	27,5	52,0	9,9	11,0	-1,9	15,7	-41,2
Colocações do IEFP	milhares	4,2	5,8	7,1	5,8	5,5	6,1	5,7
	v.h.(%)	-23,1	5,7	18,6	-2,8	2,0	5,9	7,5

**Taxa de desemprego em Portugal e na Região Centro (por sexo)**



**Contributos para a taxa de variação homóloga do desemprego na Região Centro (%)**

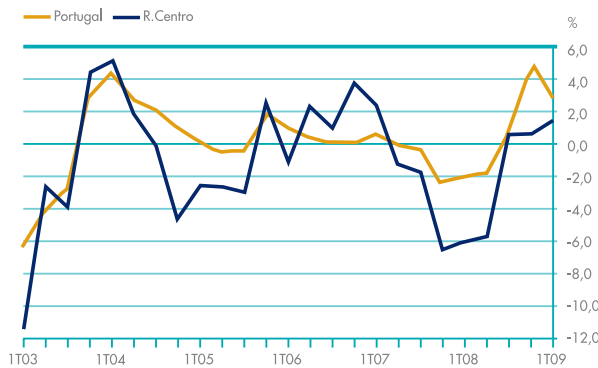


O salário médio líquido mensal dos trabalhadores por conta de outrem (Quadro 5) destacou-se positivamente no primeiro trimestre de 2009, por ter aumentado, em comparação com o primeiro trimestre de 2008, em Portugal e na Região Centro (2,9% e 1,4%, respectivamente), com um incremento regional superior aos registados nos trimestres precedentes. O salário médio líquido mensal foi de 657€ na Região Centro, no primeiro trimestre de 2009, sendo inferior em 100€ ao valor médio nacional.

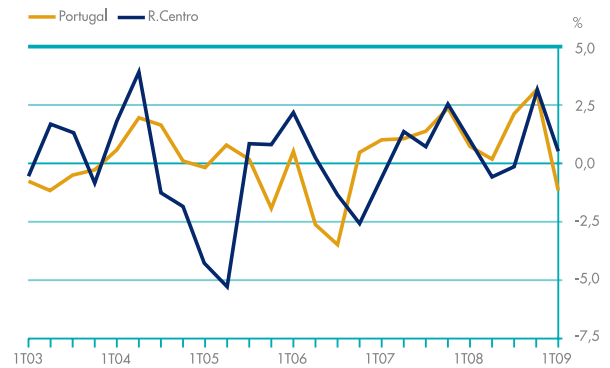
<sup>12</sup> O Índice de Custo do Trabalho definido pelo INE corresponde ao custo médio da mão-de-obra, na óptica do empregador, dado por hora efectivamente trabalhada. Abarca o custo das remunerações directas e principais benefícios (salários, prémios, bónus, etc.) e outros encargos suportados pela entidade patronal.

Mesmo com o aumento homólogo do salário médio líquido mensal, o custo do trabalho<sup>12</sup>, na óptica do empregador, aumentou apenas ligeiramente (0,4%) na região, diminuindo no cômputo global do país, em 1,3%, face ao mesmo período do ano anterior.

**Salário médio líquido mensal em Portugal e na Região Centro (variação homóloga real)**



**Índice de Custo do Trabalho em Portugal e na Região Centro (variação homóloga real)**



**Quadro 5 – Salários e Custos do Trabalho**

		1T09	4T08	3T08	2T08	1T08	2008	2007
<b>Salário médio líquido mensal (trabalhadores por conta de outrem)</b>								
<b>Portugal</b>	€	757	765	747	737	736	746	725
	v.h. real (%)	2,9	4,7	0,7	- 1,9	- 2,0	2,6	2,4
<b>Região Centro</b>	€	657	652	641	642	648	653	654
	v.h. real (%)	1,4	0,7	0,7	- 5,8	- 6,0	- 2,7	- 1,8
<b>Índice de Custo do Trabalho</b>								
<b>Portugal</b>	v.h. real (%)	- 1,3	3,1	2,2	0,1	0,6	1,6	1,4
	v.h. real (%)	0,4	2,9	- 0,2	- 0,6	1,0	0,8	1,0



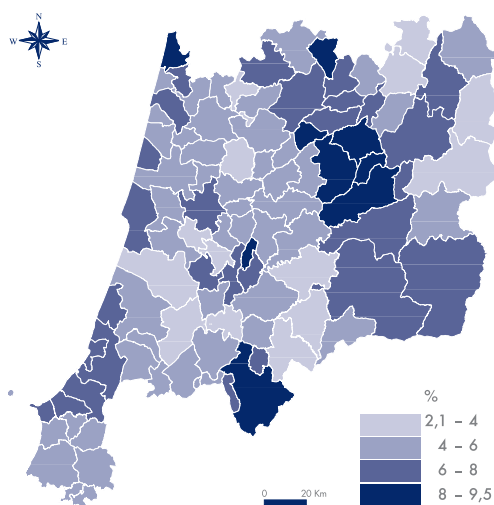
## DESEMPREGO REGISTRADO

O desemprego registado na Região Centro segundo os dados do IEFP sofreu um forte crescimento homólogo, no primeiro trimestre de 2009 (Quadro 4). O aumento homólogo da taxa de desemprego registado foi generalizado ao nível das NUTS III e mesmo dos municípios, uma vez que apenas em oito dos 100 municípios analisados não se verificou este acréscimo. Esta taxa fixou-se em 5,9% para a região, no trimestre em análise.

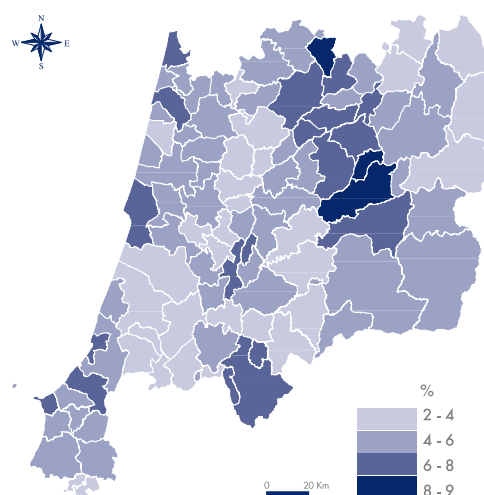
Como se viu atrás, para a região no seu conjunto, o número de desempregados inscritos nos centros de emprego cresceu, no primeiro trimestre de 2009, face ao período homólogo, em 20,4%, situando-se a taxa de desemprego registado nos 5,9%.

Numa abordagem por Unidades Territoriais para Fins Estatísticos, NUTS III, salientaram-se a Cova da Beira e a Serra da Estrela como as sub-regiões que apresentaram as taxas de desemprego registado mais elevadas, 8,5% e 8,3%, respectivamente. Com taxas mais favoráveis, destacaram-se o Pinhal Interior Sul (4,5%) e o Pinhal Litoral (4,8%). Importa ainda referir que a Serra da Estrela apresentou, todavia, o crescimento mais diminuto, face ao trimestre homólogo, no cômputo das NUTS III da região (0,4p.p.), ao passo que o Pinhal Litoral obteve a variação mais elevada (1,5p.p.).

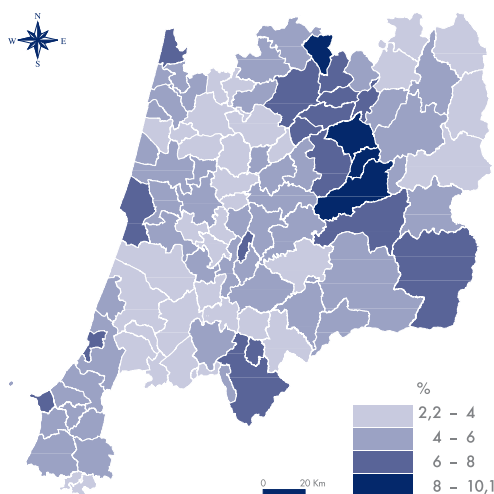
Taxa de desemprego registado no primeiro trimestre de 2009



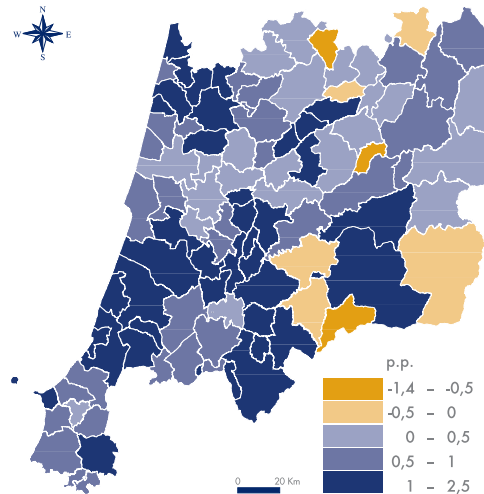
Taxa de desemprego registado no quarto trimestre de 2008



Taxa de desemprego registado no primeiro trimestre de 2008



Variação homóloga da taxa de desemprego registado no primeiro trimestre de 2009



Na análise por município, a taxa de desemprego registado oscilou, no primeiro trimestre de 2009, entre os 2,1% de Oleiros e os 9,5% de Castanheira de Pêra, tendo-se mantido o predomínio, já constatado no trimestre anterior, de valores mais elevados desta taxa no Interior da Região Centro. Em termos homólogos, contabilizaram-se apenas oito municípios num total de 100 com taxas de desemprego registado mais favoráveis no primeiro trimestre de 2009, em relação ao primeiro trimestre de 2008: Manteigas, Vila Nova de Paiva, Vila Velha de Ródão, Penalva do Castelo, Méda, Idanha-a-Nova, Oleiros e Proença-a-Nova. Pelo contrário, os maiores aumentos homólogos verificaram-se na Marinha Grande, Ovar e Vila de Rei.

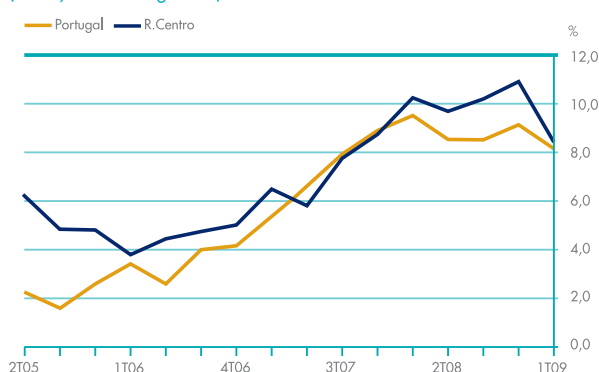
## ENDIVIDAMENTO DAS EMPRESAS

No primeiro trimestre de 2009, o aumento do crédito concedido a empresas com sede na Região Centro foi atenuado. Ainda assim, o crédito vencido das sociedades não financeiras continuou a crescer de forma constante, levando a que o seu valor em proporção do crédito concedido tenha sofrido um aumento considerável.

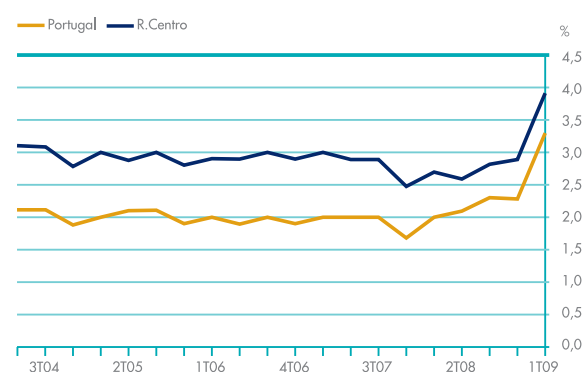
Em termos reais, o endividamento das sociedades não financeiras cresceu (Quadro 6), no primeiro trimestre de 2009, em comparação com o mesmo trimestre do ano anterior, tanto em Portugal (8,1%) como na Região Centro (8,3%). Estas taxas de crescimento foram, contudo, inferiores às registadas no ano de 2008, quebrando a aceleração tendencial que se vinha a registar desde o terceiro trimestre de 2007. Superaram, ainda assim, o valor médio do ano de 2007.

Ao mesmo tempo, aumentou o crédito vencido, em ritmo superior, fazendo subir, por conseguinte, o valor desta variável em percentagem do crédito concedido. Quer na Região Centro, quer em Portugal, este quociente aumentou em 1,1p.p., face ao valor observado, em média, no ano de 2008, passando para 3,9% e 3,3%, respectivamente. Estes valores foram os maiores desde, pelo menos, 2004.

**Empréstimos concedidos a sociedades não financeiras**  
(variação homóloga real)



**Crédito vencido das sociedades não financeiras no total do crédito concedido**



Quadro 6 – Endividamento das Empresas

		1T09	4T08	3T08	2T08	1T08	2008	2007	
								Média trimestral	
<b>Empréstimos concedidos a sociedades não financeiras</b>									
<b>Portugal</b>	milhões €	122.366	121.211	119.017	116.520	113.165	117.478	105.202	
	v.h.real (%)	8,1	9,1	8,5	8,5	9,5	8,8	7,1	
<b>Região Centro</b>	milhões €	18.535	18.422	18.058	17.648	17.111	17.810	15.751	
	v.h.real (%)	8,3	10,8	10,2	9,7	10,2	10,2	7,2	
<b>Crédito vencido</b> (em percentagem do crédito concedido)									
<b>Portugal</b>	%	3,3	2,3	2,3	2,1	2,0	2,2	1,9	
<b>Região Centro</b>	%	3,9	2,9	2,8	2,6	2,7	2,8	2,8	

## COMÉRCIO INTERNACIONAL DE BENS

Tendo em consideração as empresas com sede na Região Centro, verificou-se, à semelhança do que aconteceu no território nacional, no primeiro trimestre de 2009, que as trocas comerciais sofreram uma considerável perda<sup>13</sup>, quando em comparação com os valores movimentados quer no primeiro trimestre de 2008, quer nos trimestres anteriores.

Do lado das saídas e exportações, no primeiro trimestre de 2009, em termos globais, registou-se uma diminuição bastante superior à que se tinha registado no trimestre anterior (Quadro 7). A taxa de variação homóloga real destes fluxos tomou o valor de -24,8% para Portugal e de -23,6% para a região. Decompondo a análise segundo os destinos das mercadorias (mercados intra e extra-comunitários), verificou-se um comportamento semelhante em ambos, a nível nacional, tendo baixado em 26,2% os fluxos de saída com destino à União Europeia (UE) e em 20,1% as restantes exportações. No caso da Região Centro, registou-se uma quebra homóloga real de 29,2% das saídas intra-comunitárias, tendo-se obtido um acréscimo para as exportações extra-UE, embora menor que os registados nos quatro trimestres de 2008, fixando-se a taxa de variação homóloga real destes fluxos em 5,7%.

Avaliando as saídas e exportações tendo em conta a sua desagregação segundo as secções da Nomenclatura Combinada, denotou-se que, dos sectores considerados (os que maior expressão tiveram na região nos anos de 2007 e 2008, no que toca ao comércio internacional<sup>14</sup>), apenas a secção das “pastas de madeira e papel” apresentou, e de modo muito acentuado, uma evolução positiva, no primeiro trimestre de 2009, à semelhança do que já se verificara no quarto trimestre de 2008 (embora aqui com menor expressão). Em todos os outros casos, as diminuições homólogas foram significativas, sendo que somente os sectores das “indústrias alimentares, bebidas e tabaco” e o das “matérias têxteis e suas obras” tiveram uma diminuição abaixo dos 20%.

A evolução dos fluxos de entrada de bens reflectiu igualmente o clima de recessão verificado também neste capítulo. Em Portugal, as importações diminuíram, do primeiro trimestre de 2008 para o mesmo período de 2009, em 21,8%, devendo-se esta quebra à de 17,4% das entradas de bens provenientes da UE e de 34,5% das extra-comunitárias. A Região Centro apresentou um cenário semelhante, com quebras mais acentuadas que as registadas para o território nacional, a nível global e no que diz respeito às entradas extra-comunitárias, de 34,0% e 36,0%, respectivamente. As entradas intra-comunitárias baixaram em 33,5%.

Ao nível das secções consideradas neste boletim, salienta-se o facto de todas terem sofrido quebras, no primeiro trimestre de 2009, relativamente ao mesmo período do ano anterior, acima dos 20%, chegando a registar-se uma diminuição de 43,6%, para o “material de transporte”, embora não muito diferente das variações nos outros sectores. Exceptuou-se a este comportamento de quebra somente a secção das “indústrias alimentares, bebidas e tabaco”, em relação à qual as entradas de bens registaram um aumento homólogo ligeiro, de 5,5%, o que remete para a conhecida tendência de que, em clima de recessão, sofrem menos, em termos de trocas comerciais, os sectores referentes aos produtos essenciais aos consumidores.

<sup>13</sup> As taxas de variação real destas variáveis foram calculadas, na região e em Portugal, com base nos defatores de Contas Nacionais específicos desses fluxos.

<sup>14</sup> As secções da Nomenclatura Combinada consideradas foram escolhidas em função dos montantes transaccionados no início de 2007 e no final de 2008, no que toca quer a exportações quer a importações.



Quadro 7 – Comércio Internacional de Bens

		1T09	4T08	3T08	2T08	1T08	2008	2007	
								Média trimestral	
<b>Saídas e exportações</b>									
<b>Portugal</b>	milhões €	7.329,7	8.453,9	9.480,4	10.029,9	9.997,0	9.490,3	9.397,2	
	v.h.real(%)	- 24,8	- 11,7	1,4	1,9	2,9	- 1,4	n.d.	
<b>Intra-comunitárias</b>	milhões €	5.539,8	6.000,5	6.798,8	7.505,8	7.701,0	7.001,5	7.205,0	
	v.h.real(%)	- 26,2	- 17,1	- 3,6	- 1,1	1,0	- 5,1	n.d.	
<b>Extra-comunitárias</b>	milhões €	1.789,9	2.453,4	2.681,5	2.524,1	2.296,1	2.488,8	2.192,2	
	v.h.real(%)	- 20,1	5,2	16,6	12,0	9,8	10,9	n.d.	
<b>Região Centro</b>	milhões €	1.391,3	1.506,1	1.619,2	1.865,3	1.867,7	1.714,6	1.775,3	
	v.h.real(%)	- 23,6	- 17,3	- 6,0	- 1,6	2,1	- 5,7	n.d.	
<b>Intra-comunitárias</b>	milhões €	1.080,4	1.116,1	1.249,4	1.515,5	1.565,9	1.361,7	1.481,6	
	v.h.real(%)	- 29,2	- 25,7	- 12,1	- 5,1	1,3	- 10,2	n.d.	
<b>Extra-comunitárias</b>	milhões €	310,9	390,0	369,8	349,8	301,8	352,9	293,7	
	v.h.real(%)	5,7	22,5	22,9	17,2	6,0	17,3	n.d.	
<b>Totais (Intra + extra-comunitárias)</b>									
Produtos animais	v.h. real (%)	- 22,8	- 3,3	- 2,5	11,1	9,7	3,0	n.d.	
Indústrias alimentares, bebidas e tabaco	v.h. real (%)	- 7,7	- 8,0	0,5	10,8	9,5	2,4	n.d.	
Indústrias químicas e conexas	v.h. real (%)	- 33,9	- 20,8	- 20,1	- 15,2	- 7,8	- 15,6	n.d.	
Plástico, borracha e suas obras	v.h. real (%)	- 23,2	- 18,3	- 8,5	- 15,2	- 2,3	- 11,2	n.d.	
Madeira, carvão vegetal, cortiça e suas obras; obras de espartaria ou cestaria	v.h. real (%)	- 40,8	- 24,7	- 7,5	1,0	- 1,8	- 8,3	n.d.	
Pastas de madeira e papel	v.h. real (%)	141,4	7,4	17,9	20,8	7,5	13,5	n.d.	
Matérias têxteis e suas obras	v.h. real (%)	- 16,4	- 22,7	- 8,8	0,8	- 0,1	- 7,9	n.d.	
Obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica ou de matérias semelhantes; produtos cerâmicos; vidro e suas obras	v.h. real (%)	- 23,4	- 16,7	- 6,8	- 5,4	- 0,1	- 7,1	n.d.	
Metais comuns e suas obras	v.h. real (%)	- 39,1	- 20,8	- 6,0	2,7	3,9	- 4,7	n.d.	
Máquinas e aparelhos, material eléctrico, aparelhos de som e imagem e suas partes e acessórios	v.h. real (%)	- 27,9	- 11,2	- 5,4	2,6	5,7	- 2,1	n.d.	
Material de transporte	v.h. real (%)	- 42,9	- 30,9	- 8,7	- 9,9	1,1	- 12,0	n.d.	
<b>Entradas e importações</b>									
<b>Portugal</b>	milhões €	11.330,9	14.285,2	15.431,0	16.027,3	15.431,0	15.293,6	14.263,9	
	v.h.real(%)	- 21,8	- 7,3	3,7	4,2	8,0	1,9	n.d.	
<b>Intra-comunitárias</b>	milhões €	8.882,5	10.922,0	10.597,8	11.571,2	11.448,5	11.134,9	10.646,0	
	v.h.real(%)	- 17,4	- 6,3	0,0	0,3	4,5	- 0,5	n.d.	
<b>Extra-comunitárias</b>	milhões €	2.448,5	3.363,2	4.833,2	4.456,1	3.982,5	4.158,7	3.617,9	
	v.h.real(%)	- 34,5	- 10,3	12,7	15,6	19,5	9,3	n.d.	
<b>Região Centro</b>	milhões €	1.144,4	1.463,6	1.660,8	1.882,8	1.846,0	1.713,3	1.708,5	
	v.h.real(%)	- 34,0	- 16,9	- 4,1	- 3,2	5,5	- 4,6	n.d.	
<b>Intra-comunitárias</b>	milhões €	927,5	1.200,7	1.363,3	1.538,8	1.485,0	1.397,0	1.400,1	
	v.h.real(%)	- 33,5	- 18,0	- 2,6	- 1,3	1,4	- 5,1	n.d.	
<b>Extra-comunitárias</b>	milhões €	216,9	262,9	297,5	344,0	361,0	316,3	308,4	
	v.h.real(%)	- 36,0	- 11,4	- 10,3	- 10,9	26,7	- 2,5	n.d.	
<b>Totais (Intra + extra-comunitárias)</b>									
Produtos animais	v.h. real (%)	- 23,6	- 15,6	- 20,3	- 2,8	- 16,2	- 12,6	n.d.	
Indústrias alimentares, bebidas e tabaco	v.h. real (%)	5,5	8,4	30,0	8,2	8,5	13,7	n.d.	
Indústrias químicas e conexas	v.h. real (%)	- 21,8	- 26,2	- 31,1	- 12,2	1,7	- 17,0	n.d.	
Plástico, borracha e suas obras	v.h. real (%)	- 35,6	- 14,0	9,7	17,7	- 0,7	2,8	n.d.	
Madeira, carvão vegetal, cortiça e suas obras; obras de espartaria ou cestaria	v.h. real (%)	- 38,2	- 15,6	- 10,1	- 15,2	- 3,7	- 11,1	n.d.	
Pastas de madeira e papel	v.h. real (%)	- 25,8	- 9,3	6,2	- 6,5	22,7	2,6	n.d.	
Matérias têxteis e suas obras	v.h. real (%)	- 36,3	- 24,4	- 15,8	- 2,9	- 5,0	- 12,0	n.d.	
Obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica ou de matérias semelhantes; produtos cerâmicos; vidro e suas obras	v.h. real (%)	- 34,9	- 9,4	- 13,2	- 6,0	- 0,6	- 7,2	n.d.	
Metais comuns e suas obras	v.h. real (%)	- 37,6	- 22,7	- 10,6	- 4,3	- 5,1	- 10,2	n.d.	
Máquinas e aparelhos, material eléctrico, aparelhos de som e imagem e suas partes e acessórios	v.h. real (%)	- 38,1	- 8,9	3,9	1,0	22,7	3,8	n.d.	
Material de transporte	v.h. real (%)	- 43,6	- 25,5	- 5,5	- 8,1	6,2	- 8,5	n.d.	

n. d. – não determinado

## TURISMO

Os estabelecimentos hoteleiros registaram, no primeiro trimestre de 2009, não só uma diminuição homóloga do preço médio da dormida, como também uma redução do número de hóspedes e de dormidas, face ao primeiro trimestre de 2008. Esta situação ocorreu tanto ao nível da Região Centro como para Portugal.

Os estabelecimentos hoteleiros na Região Centro e em Portugal, no primeiro trimestre de 2009, receberam menos hóspedes que no mesmo período do ano anterior. As quebras foram de 7,3% e 8,8%, respectivamente (Quadro 8), sendo que, no caso da região, se se analisarem os dois últimos anos, este foi mesmo o primeiro trimestre em que os comportamentos homólogos foram negativos.

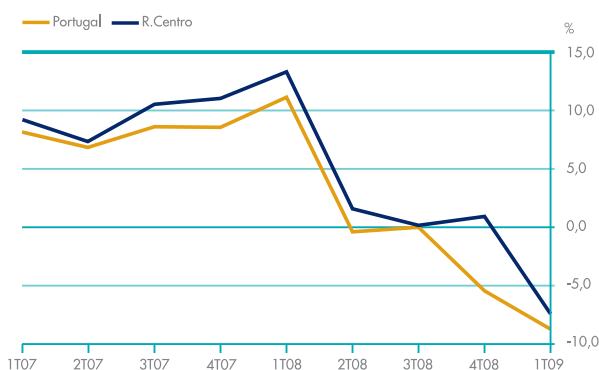
Analisando a informação mensal dos hóspedes nos dois territórios, denotou-se, no mês de Janeiro, um incremento homólogo. Contudo, o número de hóspedes, que começou a baixar em Fevereiro, sofreu uma diminuição drástica de cerca de 1/5 em Março, na Região Centro e em Portugal, comparativamente com os mesmos meses de 2008, justificando os resultados obtidos para a média do primeiro trimestre.

As dormidas nos estabelecimentos hoteleiros baixaram de forma ainda mais significativa. Elas vinham já a diminuir desde o segundo trimestre de 2008, mas é neste início de 2009 que as quebras são mais acentuadas. As variações homólogas registadas foram de -14,4% para Portugal e de -11,7% para a Região Centro, sendo de salientar que a região, tinha apresentado, no quarto trimestre de 2008, uma redução de apenas 0,9%.

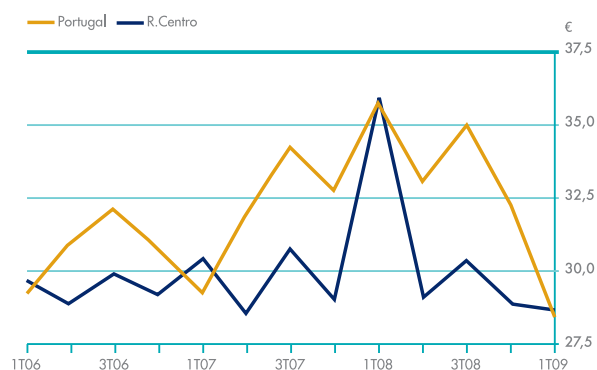
A estada média dos hóspedes em estabelecimentos hoteleiros, tanto na Região Centro como em Portugal, baixou, no primeiro trimestre de 2009, em relação à estada média verificada ao longo do primeiro trimestre de 2008, embora apenas ligeiramente.

Importa ainda referir que a evolução do número de hóspedes e de dormidas não esteve intrinsecamente ligada a um aumento dos preços médios. Pelo contrário, o preço médio por dormida diminuiu, a preços de 2008, em 20,0% na região e 20,6% no país, no primeiro trimestre de 2009, face ao mesmo período de 2008. Pagou-se, assim, por cada dormida, em média, o montante de 28,4€ na Região Centro, preço superior à média nacional em apenas 0,30€.

**Hóspedes em estabelecimentos hoteleiros em Portugal e na Região Centro (variação homóloga)**



**Preço médio real da dormida (€ - base 2008)**



Quadro 8 - Turismo

		1T09	4T08	3T08	2T08	1T08	2008	2007	
								Média trimestral	
<b>Hóspedes em estabelecimentos hoteleiros</b>									
<b>Portugal</b>	milhares	784,1	917,1	1.486,3	1.225,2	859,3	1.122,0	1.113,8	
	v.h. (%)	- 8,8	- 5,3	0,1	- 0,2	11,1	0,7	8,0	
<b>Região Centro</b>	milhares	124,3	156,2	230,7	183,7	134,2	176,2	171,1	
	v.h. (%)	- 7,3	0,8	0,1	1,7	13,3	3,0	9,6	
<b>Dormidas em estabelecimentos hoteleiros</b>									
<b>Portugal</b>	milhares	2.012,9	2.410,3	4.781,7	3.511,7	2.352,8	3.264,1	3.311,4	
	v.h. (%)	- 14,4	- 6,6	- 2,0	- 2,9	8,4	- 1,4	5,8	
<b>Região Centro</b>	milhares	201,7	281,7	464,2	321,0	228,4	323,8	320,9	
	v.h. (%)	- 11,7	- 0,9	- 1,9	- 2,5	15,8	0,9	9,8	
<b>Estada média</b>									
<b>Portugal</b>	n.º noites	2,6	2,6	3,2	2,9	2,7	2,9	3,0	
<b>Região Centro</b>	n.º noites	1,6	1,8	2,0	1,7	1,7	1,8	1,9	
<b>Preço médio por dormida</b>									
<b>Portugal</b>	€	28,1	32,2	35,2	33,3	35,4	34,0	31,3	
	v.h. real (%)	- 20,6	- 1,7	2,3	3,3	21,8	6,0	4,2	
<b>Região Centro</b>	€	28,4	28,9	30,5	29,3	35,5	31,0	28,9	
	v.h. real (%)	- 20,0	- 0,5	- 1,4	1,9	18,0	5,7	0,7	

## CONSTRUÇÃO E HABITAÇÃO

Na área da construção e habitação, no primeiro trimestre de 2009, salienta-se o facto de o licenciamento de edifícios (em particular dos edifícios com finalidade doméstica) ter diminuído, ao passo que a conclusão dos mesmos aumentou mais do que vinha a ser registado nos trimestres anteriores, em termos homólogos. Os preços de manutenção e reparação regular da habitação sofreram um incremento inferior aos verificados ao longo de 2008, e diminuiu o valor da habitação, segundo a avaliação bancária efectuada, em todas as NUTS III, especialmente nas mais a norte e no litoral.

No primeiro trimestre de 2009, verificou-se uma diminuição acentuada do licenciamento de edifícios, no país e na Região Centro, respectivamente de 29,9% e de 24,1% (Quadro 9). Na região, para além desta quebra global, evidenciaram-se diminuições homólogas ainda mais significativas nas licenças para construções novas (31,6%), sendo que as construções novas para habitação familiar sofreram uma quebra de 34,4%. Estes valores são ainda mais preocupantes se se tiver em conta que 2/3 dos edifícios licenciados se destinam a construções novas.

De acordo com a nova metodologia de “Estimativas de Obras Concluídas”<sup>15</sup>, houve um acréscimo das obras concluídas na região de 17,2% face ao primeiro trimestre de 2008, o que apresenta uma variação que mais que duplicou a registada ao longo do ano de 2008 (7,5%) face ao ano de 2007.

No que se refere aos novos fogos para habitação familiar, o seu licenciamento baixou, no primeiro trimestre de 2009, na Região Centro, em 40,0%, tendo a conclusão destes fogos, de acordo com os dados agora apresentados, revelado um aumento em 22,6%, face ao mesmo período do ano anterior.

No domínio dos custos com a habitação, os preços de manutenção e reparação regular da habitação tiveram, neste período, em termos homólogos, um aumento inferior ao registado em qualquer trimestre do ano anterior, tanto no Continente, tendo subido 2,8%, como na Região Centro, sofrendo uma variação de 2,1%.

<sup>15</sup> No que respeita às obras concluídas, é importante referir que o INE passou a disponibilizar dados para 2007 e 2008 baseados em estimativas, facilitando as comparações directas entre diferentes períodos e colmatando os atrasos existentes nas respostas dos promotores das obras que não solicitassem, logo após a conclusão da obra, o respectivo alvará de conclusão junto das Câmaras Municipais.



Quadro 9 - Construção e Habitação <sup>16</sup>		1T09	4T08	3T08	2T08	1T08	2008	2007
		Média trimestral						
<b>Edifícios licenciados</b>								
<b>Portugal</b>	n.º	7.616	8.223	9.228	10.293	10.869	9.654	11.406
	v.h. (%)	-29,9	-23,6	-17,8	-11,2	-9,7	-15,4	-5,6
<b>Região Centro</b>	n.º	2.385	2.472	2.748	3.141	3.144	2.877	3.303
	v.h. (%)	-24,1	-23,3	-15,0	-6,5	-7,3	-12,9	-7,1
para habitação familiar	n.º	1.575	1.635	1.890	2.181	2.223	1.983	2.403
	v.h. (%)	-29,1	-29,4	-19,4	-10,4	-11,7	-17,5	-8,9
Construções novas - Edifícios	n.º	1.596	1.710	2.013	2.289	2.334	2.085	2.475
	v.h. (%)	-31,6	-28,2	-15,8	-10,1	-9,9	-15,8	-9,1
para habitação familiar	v.h. (%)	-34,4	-33,2	-20,4	-12,7	-14,1	-19,8	-10,3
<b>Edifícios concluídos</b>								
<b>Portugal</b>	n.º	14.252	14.358	13.783	12.970	12.485	13.399	12.698
	v.h. (%)	14,2	8,7	6,7	5,0	1,4	5,5	17,2
<b>Região Centro</b>	n.º	4.322	4.349	4.085	3.816	3.689	3.985	3.707
	v.h. (%)	17,2	10,0	7,7	8,7	3,3	7,5	14,4
para habitação familiar	n.º	3.446	3.426	3.236	2.893	2.851	3.102	2.900
	v.h. (%)	20,9	13,7	8,5	2,7	2,2	7,0	12,7
Construções novas - Edifícios	n.º	3.364	3.464	3.292	3.090	2.955	3.200	2.996
	v.h. (%)	13,8	9,0	5,9	9,3	3,0	6,8	15,4
para habitação familiar	v.h. (%)	19,4	13,2	7,7	4,1	1,8	6,8	13,9
<b>Novos fogos para habitação familiar - Região Centro</b>								
Licenciados	v.h. (%)	-40,0	-49,0	-34,6	-17,9	-18,8	-30,3	-9,4
Concluídos	v.h. (%)	22,6	21,8	6,7	6,5	1,9	9,4	17,2
<b>Preços de manutenção e reparação regular da habitação</b>								
<b>Continente</b>	v.h. (%)	2,8	3,3	3,0	3,2	3,1	3,1	3,1
<b>Região Centro</b>	v.h. (%)	2,1	2,4	2,2	2,3	2,6	2,4	3,2

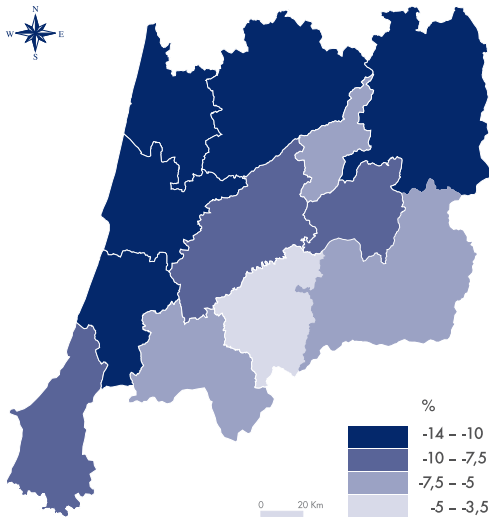
Já o valor médio da habitação, segundo a avaliação efectuada pelas instituições bancárias, no âmbito da concessão de crédito à habitação, teve um decréscimo homólogo real (descontando o efeito da subida generalizada dos preços) em todas as NUTS III da Região Centro. As variações mais críticas, com valores negativos superiores a 10%, obtiveram-se nas NUTS mais a norte e costeiras, excepção feita para o Oeste.

O Oeste, à semelhança do verificado no trimestre anterior, apresentou o valor médio mais elevado da avaliação bancária da habitação (1.109€/m<sup>2</sup>), seguindo-se novamente o Baixo Mondego (1.098€/m<sup>2</sup>). Contrapuseram-se, desta feita, à Serra da Estrela (762€/m<sup>2</sup>), que veio substituir o Pinhal Interior Sul nesta posição, especialmente pela maior importância que esta última NUTS III passou a apresentar no que se refere ao valor dos apartamentos, que se tornou muito próximo do apresentado para as moradias, à semelhança do que se registava nas outras NUTS III da região.

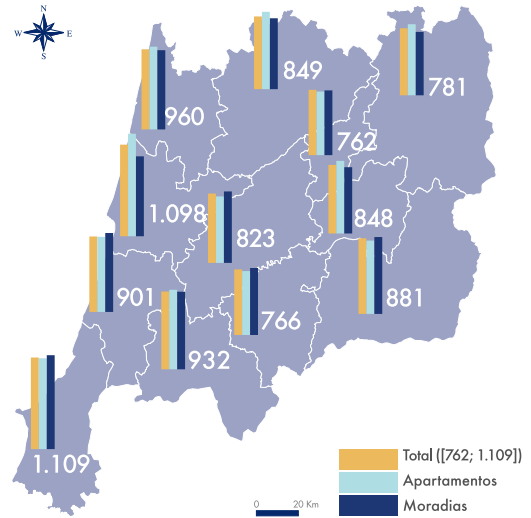
Apesar do aumento do valor dos apartamentos no Pinhal Interior Sul, foi nesta NUTS III que se encontraram os apartamentos com valores, em média, mais baixos segundo a avaliação bancária (740€), sendo que as moradias com um valor médio inferior (730€) diziam respeito à Beira Interior Norte. Por outro lado, os apartamentos com uma avaliação mais elevada, em média, pertenciam à sub-região do Baixo Mondego e as moradias nesta posição diziam respeito ao Oeste, com valores de 1.241€ e de 1.135€, respectivamente. Estes valores foram os únicos das NUTS III da Região Centro superiores aos da média do Continente, de 1.190€ para os apartamentos e de 1.085€ para as moradias. No que toca ao valor médio total (moradias e apartamentos) da avaliação bancária no Continente no primeiro trimestre de 2009 (1.149€), não houve qualquer NUTS III da Região Centro que o superasse.

<sup>16</sup> Os valores apresentados neste quadro referentes aos edifícios licenciados, relativos a 2007 e 2008, foram revistos. Quanto aos edifícios concluídos, houve uma quebra de série, apresentando-se agora, os dados relativos à nova metodologia de "Estimativas de Obras Concluídas", que se abordou na nota de rodapé anterior.

Taxa de variação homóloga real da avaliação bancária na habitação no primeiro trimestre de 2009



Valor nominal da avaliação bancária da habitação no primeiro trimestre de 2009 (€/m²)



## CAIXAS E TERMINAIS MULTIBANCO

Segundo os dados da Sociedade Inter-Bancária de Serviços (SIBS), no primeiro trimestre de 2009, na Região Centro, houve um acréscimo muito ligeiro do valor dos movimentos em caixas e terminais Multibanco. Os movimentos internacionais registaram, inclusivamente, uma diminuição, em valor.

O valor dos levantamentos em caixas automáticos, no primeiro trimestre de 2009, teve um incremento homólogo real muito diminuto, de 0,6% no país e de 0,3% na Região Centro (Quadro 10).

Em relação ao valor dos pagamentos efectuados em caixas automáticos, para a Região Centro, este aumentou, embora de forma ténue (0,2%), tendo começado a diminuir a nível nacional, apresentando uma quebra homóloga real de 0,9%.

As compras em terminais de pagamento automático tiveram a mesma evolução percentual em ambos os territórios, tendo crescido, em valor, 0,6%, face ao primeiro trimestre de 2008. Tendo em consideração que a taxa de variação homóloga desta variável vinha a decrescer desde o quarto trimestre de 2008, o crescimento de 0,6% verificado no trimestre em análise contrastou mais com os valores obtidos anteriormente para a região, do que a nível nacional.

O crescimento homólogo diminuto registado no valor das compras em terminais de pagamento automático, no primeiro trimestre de 2009, na Região Centro, foi obtido à custa de um ligeiro acréscimo nas compras nacionais, que representaram cerca de 96% do total de compras.

Quadro 10 – Rede Nacional Multibanco

		1T09	4T08	3T08	2T08	1T08	2008	2007	
								Média trimestral	
Levantamentos em caixas automáticos									
Portugal	milhares €	6.108,9	6.828,6	7.179,9	6.417,9	6.070,5	6.624,3	6.297,0	
	v.h. real (%)	0,6	2,3	2,1	1,9	4,1	2,5	n.d.	
Região Centro	milhares €	1.168,0	1.307,7	1.407,9	1.222,5	1.164,0	1.275,6	1.209,3	
	v.h. real (%)	0,3	2,2	2,6	2,0	4,6	2,8	n.d.	
Nacionais	milhares €	1.131,0	1.263,3	1.301,1	1.176,9	1.125,0	1.216,5	1.158,9	
	v.h. real (%)	0,5	2,0	2,0	1,6	4,0	2,3	n.d.	
Internacionais	milhares €	37,0	44,7	106,8	45,6	39,3	59,1	50,4	
	v.h. real (%)	- 6,0	10,1	10,2	16,1	28,4	14,1	n.d.	
Pagamentos em caixas automáticos									
Portugal	milhares €	1.405,1	1.516,2	1.807,8	1.535,1	1.417,5	1.569,3	1.474,2	
	v.h. real (%)	- 0,9	1,1	1,8	5,0	8,1	3,7	n.d.	
Região Centro	milhares €	247,9	265,5	308,4	266,4	247,5	272,1	253,5	
	v.h. real (%)	0,2	2,9	1,4	5,4	9,9	4,6	n.d.	
Compras em terminais de pagamento automático									
Portugal	milhares €	5.659,4	6.941,4	6.858,6	5.996,7	5.623,5	6.355,2	6.015,6	
	v.h. real (%)	0,6	1,4	3,1	2,6	5,4	3,0	n.d.	
Região Centro	milhares €	990,2	1.224,0	1.227,0	1.035,0	984,0	1.117,5	1.025,4	
	v.h. real (%)	0,6	4,2	6,8	5,1	9,6	6,2	n.d.	
Nacionais	milhares €	951,3	1.169,7	1.140,6	990,9	939,6	1.060,2	953,1	
	v.h. real (%)	1,2	5,0	9,2	8,6	12,0	8,4	n.d.	
Internacionais	milhares €	38,9	54,3	86,4	52,0	44,1	57,3	72,0	
	v.h. real (%)	- 11,8	- 10,5	- 17,0	- 27,7	- 25,3	- 22,5	n.d.	

n. d. – não determinado

## POLÍTICAS PÚBLICAS NA REGIÃO CENTRO

A 31 de Março de 2009, no que se refere ao impacto das políticas públicas na região, relativas ao Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), destaca-se o facto de a Região Centro representar 26,5% do total nacional de fundos comunitários aprovados, contemplando projectos com dimensão média superior, quando em comparação com os aprovados a 31 de Dezembro de 2008.

Ao nível do Programa Operacional Regional, os eixos do Mais Centro com mais compromissos, até esta data, eram o eixo 1 – Competitividade, inovação e desenvolvimento, o eixo 2 – Desenvolvimento das cidades e dos sistemas urbanos e o eixo 3 – Consolidação e qualificação dos espaços sub-regionais.

No período 2007-2013, são principalmente os instrumentos financeiros, Fundos Estruturais (FEDER - Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e FSE - Fundo Social Europeu) e Fundo de Coesão, que asseguram a concretização dos objectivos da Convergência e da Competitividade Regional e do Emprego, em termos da política de coesão.

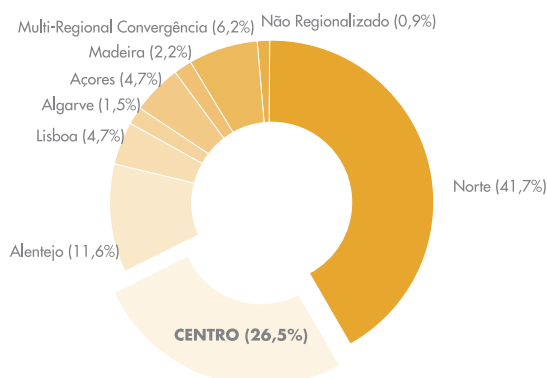
Portugal apresenta uma grande disparidade regional, em termos de desenvolvimento económico e social. Tomando como referência o PIB *per capita* em relação à média da União Europeia, as regiões portuguesas NUTS II encontram-se distribuídas, em termos de elegibilidade, em regiões de convergência quando esse valor é inferior a 75% da média da União Europeia (Norte, Centro, Alentejo e R. A. Açores); região *phasing-out* (Algarve); região *phasing-in* (R. A. Madeira) e região da competitividade e do emprego (Lisboa). O Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), contempla três grandes Agendas Temáticas: Agenda para o Potencial Humano, Agenda para os Factores de Competitividade e Agenda para a Valorização do Território. A concretização das Agendas é assegurada pelos Programas Operacionais Temáticos: Potencial Humano (PO PH), Factores de Competitividade (PO FC) e Valorização do Território (PO VT); pelos Programas Operacionais Regionais do Continente e das Regiões Autónomas: Norte, Centro, Lisboa, Alentejo, Algarve, Açores e Madeira; pelos Programas Operacionais de Cooperação Territorial Transfronteiriça (Portugal-Espanha e Bacia do Mediterrâneo), Transnacional (Espaço Atlântico, Sudoeste Europeu, Mediterrâneo e Madeira-Açores-Canárias), Inter-regional e de Redes de Cooperação Inter-regional e ainda pelos Programas Operacionais de Assistência Técnica.

O Mais Centro (Programa Operacional Regional do Centro), encontra-se estruturado nos seguintes eixos:

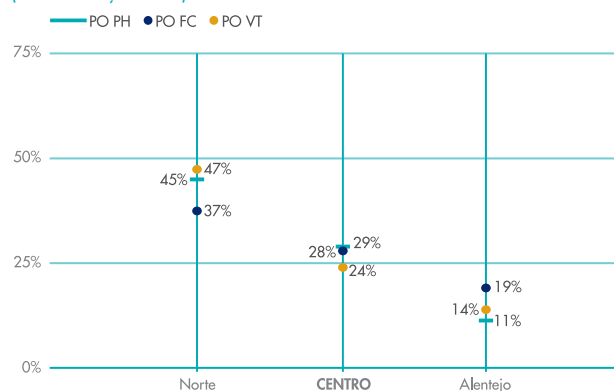
- Eixo 1: Competitividade, inovação e conhecimento;
- Eixo 2: Desenvolvimento das cidades e dos sistemas urbanos;
- Eixo 3: Consolidação e qualificação dos espaços sub-regionais;
- Eixo 4: Protecção e valorização ambiental;
- Eixo 5: Governação e capacitação institucional;
- Eixo 6: Assistência técnica.

No fim de Março de 2009, no que toca à aplicação do QREN, na Região Centro (Quadro 11) tinham sido apresentadas 7.966 candidaturas (26,9% do total nacional) e aprovadas 3.990, o que equivalia a 28,7% do número nacional e a 26,5% do total dos fundos comunitários aprovados no país. Esta última percentagem aumentou face aos dados de Dezembro de 2008 (25,8%), crescendo assim o peso da região no país, a este nível, ao passo que, no que toca ao número de candidaturas, diminuiu (era de 29,2%). Estes dados significam que os projectos têm tido, desde aquela data, uma dimensão média, superior. Verificou-se um maior incremento sobretudo para o Programa Operacional Valorização do Território (PO VT), que apresentou em Março uma percentagem de fundos comunitários aprovados que se aproximou mais às verificadas para os outros PO temáticos, colocando a Região Centro entre o Norte e o Alentejo, para todos eles, como se vê no gráfico abaixo (recorde-se que a 31 de Dezembro de 2008, a percentagem do fundo comunitário aprovado no PO VT era de 12%).

**Distribuição dos fundos comunitários aprovados por região**  
(31 de Março 2009)



**Relevância das três regiões de convergência do Continente nos fundos comunitários aprovados pelos Programas Operacionais**  
(31 de Março 2009)



Fonte: Comissão Técnica de Coordenação do QREN, "Indicadores Conjunturais de Monitorização: Boletim Informativo n.º 3", pág. 9

Quadro 11 – O QREN na Região Centro		QREN (total)	Mais Centro	PO PH	PO FC	PO VT
Candidaturas apresentadas	n.º	7.966	1.519	5.693	555	199
	% do total nacional	26,9	20,8	28,8	29,7	35,7
Investimento (custo) total	milhares €	7.795.265	1.932.296	2.414.439	2.639.534	808.997
	% do total nacional	27,3	23,0	26,4	33,7	26,2
Candidaturas aprovadas	n.º	3.990	607	3.092	237	54
	% do total nacional	28,7	21,4	30,7	31,0	34,2
Investimento (custo) total	milhares €	2.927.282	720.953	880.472	1.097.898	227.959
	% do total nacional	27,6	24,7	28,8	29,5	25,9
Investimento (custo) elegível	milhares €	2.566.055	555.633	880.472	926.926	203.024
	% do total nacional	26,9	23,2	28,8	28,5	25,1
Fundo comunitário	milhares €	1.346.376	351.509	598.169	254.582	142.117
	% do total nacional	26,5	23,1	29,2	28,1	24,3

Concretamente em relação ao Mais Centro (Quadro 12), no que toca ao processo de implementação, verificou-se a continuação do crescimento do número de concursos a um ritmo uniforme, tendo-se, até Março de 2009, colocado a concurso 542.834 milhares de euros (31,9% da dotação deste PO).

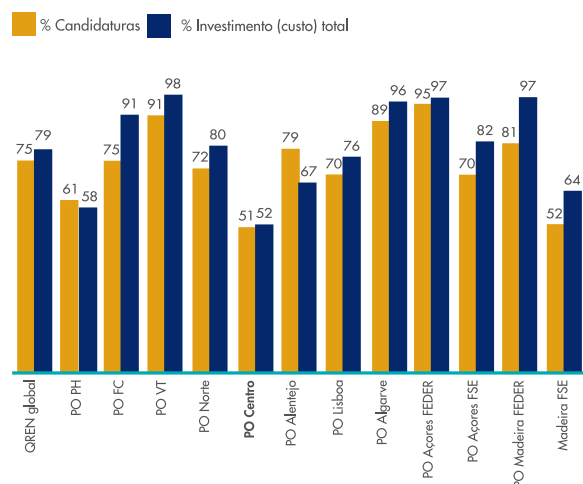
Em relação aos indicadores técnicos aqui considerados, observou-se uma diminuição da taxa de admissibilidade, que transmite a proporção de candidaturas admitidas no total das apresentadas com análise de admissibilidade concluída, tanto em número como em percentagem do investimento (custo) total. Já as aprovações em percentagem das candidaturas admitidas com análise de mérito concluída (aprovadas e não aprovadas) (taxa de aprovação líquida) aumentaram em percentagem de candidaturas, tendo diminuído em proporção do valor do investimento total. Por fim, a taxa de contratação (percentagem de candidaturas



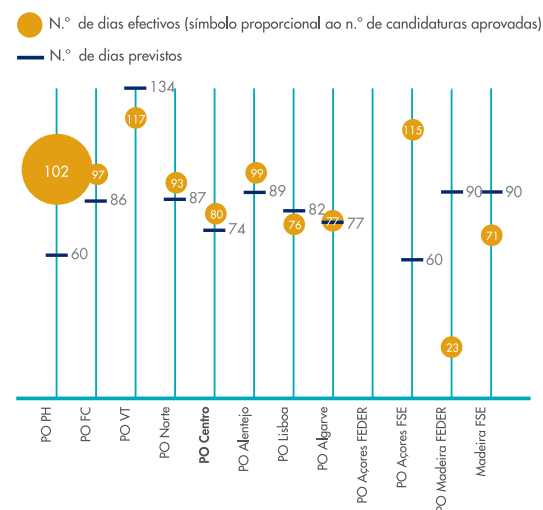
aprovadas que já tinham sido contratadas) diminuiu, em volume e em valor do investimento total. Ainda assim é importante referir que, mesmo excedendo ligeiramente o tempo médio previsto, o tempo médio efectivo de decisão, no que toca ao Mais Centro, continuou a ser dos menores, a nível nacional.

Quadro 12 – Monitorização do Mais Centro		Março 2009	Dezembro 2008	Outubro 2008
<b>Processo de selecção</b>				
Total de concursos e períodos de candidatura	n.º	66	51	46
Fundo a concurso	milhares €	542.834	465.250	418.250
	% da dotação	31,9	27,3	24,6
<b>Indicadores técnicos</b>				
Taxa de admissibilidade	% de candidaturas	91	95	96
	% investimento (custo) total	89	91	90
Taxa de aprovação líquida	% de candidaturas	51	49	46
	% investimento (custo) total	52	59	51
Taxa de contratação	% de candidaturas	67	83	71
	% investimento (custo) total	59	75	81

#### Taxa de aprovação líquida das candidaturas por Programa Operacional (31 de Março 2009)



#### Tempo médio de decisão por Programa Operacional (31 de Março 2009)



Fonte: Comissão Técnica de Coordenação do QREN, "Indicadores Conjunturais de Monitorização: Boletim Informativo n.º 3", pág. 11 e 12

Numa análise por NUTS III do Mais Centro, verificou-se que, até 31 de Março de 2009, havia mais projectos aprovados no litoral, sobretudo no Baixo Mondego (118) e Pinhal Litoral (103), destacando-se nestas sub-regiões essencialmente as acções de promoção da Competitividade, inovação e desenvolvimento (eixo 1). Com menos projectos, evidenciaram-se a Serra da Estrela (4) e o Pinhal Interior Sul (6), com o predomínio da Consolidação e qualificação dos espaços sub-regionais (eixo 3). Este eixo teve também algum significado nas restantes sub-regiões, sendo muitas vezes o segundo eixo em que houve mais projectos.

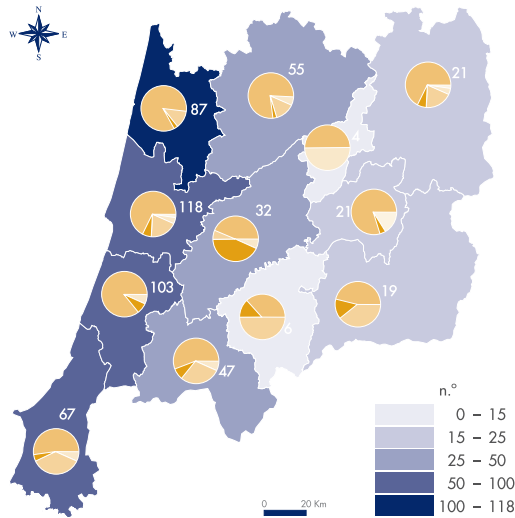
Em comparação com os resultados expostos no boletim anterior, destaca-se o facto de, a 31 de Março de 2009, ao contrário do que se verificava a 31 de Dezembro do ano anterior, já haver a aprovação de projectos do eixo 2 – Desenvolvimento das cidades e dos sistemas urbanos (no âmbito dos programas de acção aprovados). Estes tiveram ainda uma pequena participação no número total de projectos aprovados, em cada NUTS III, mas esta foi significativa quando apreciado o fundo comunitário atribuído aos projectos. Com efeito, este eixo assumiu grande importância sobretudo no que toca à Cova da Beira, à Beira Interior Norte e à Beira Interior Sul.

Além deste, os eixos 1 e 3 foram quase sempre expressivos nas várias sub-regiões, em termos do fundo comunitário atribuído.

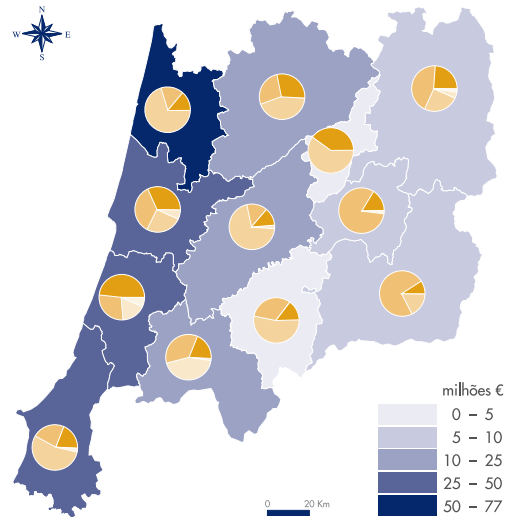
As sub-regiões que obtiveram maior participação do fundo comunitário foram o Baixo Mondego (77 milhões de euros) e o Baixo Vouga (58 milhões de euros). Contrapuseram-se-lhes as NUTS com menos projectos: Pinhal Interior Sul (4 milhões de euros) e Serra da Estrela (5 milhões de euros).

No que se refere ao fundo comunitário aprovado no âmbito do Mais Centro, a 31 de Março de 2009, importa ainda referir que, em termos *per capita*, o panorama regional alterava-se, havendo uma maior atribuição de fundos por habitante na Beira Interior Sul. Em termos da dimensão média dos projectos em cada sub-região, destacam-se a Beira Interior Sul e a Serra da Estrela, em resultado dos elevados fundos comunitários aprovados no âmbito do Desenvolvimento das cidades e dos sistemas urbanos (eixo 2), e o Baixo Vouga, em que se destacou o eixo 3 – Consolidação e qualificação dos espaços sub-regionais.

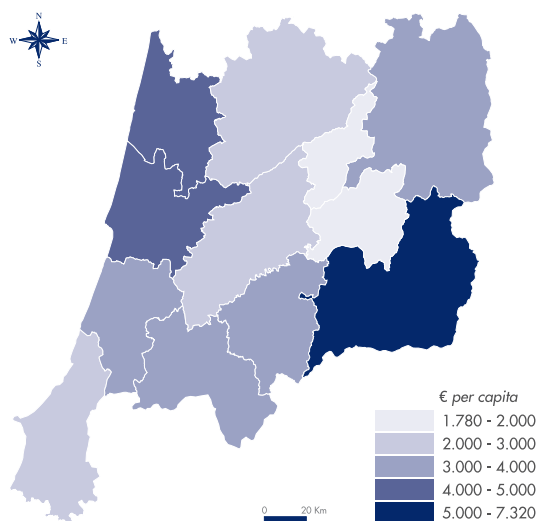
**Projectos aprovados no âmbito do Mais Centro**  
(31 de Março 2009)



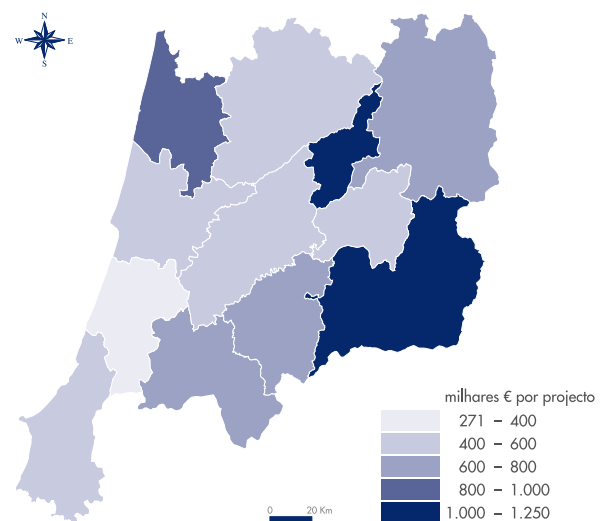
**Fundo comunitário atribuído aos projectos no âmbito do Mais Centro**  
(31 de Março 2009)



**Fundo comunitário atribuído aos projectos no âmbito do Mais Centro per capita**  
(31 de Março 2009)



**Dimensão média dos projectos aprovados no âmbito do Mais Centro**  
(31 de Março 2009)



## COOPERAÇÃO TRANSNACIONAL DO SUDOESTE EUROPEU 2007-2013

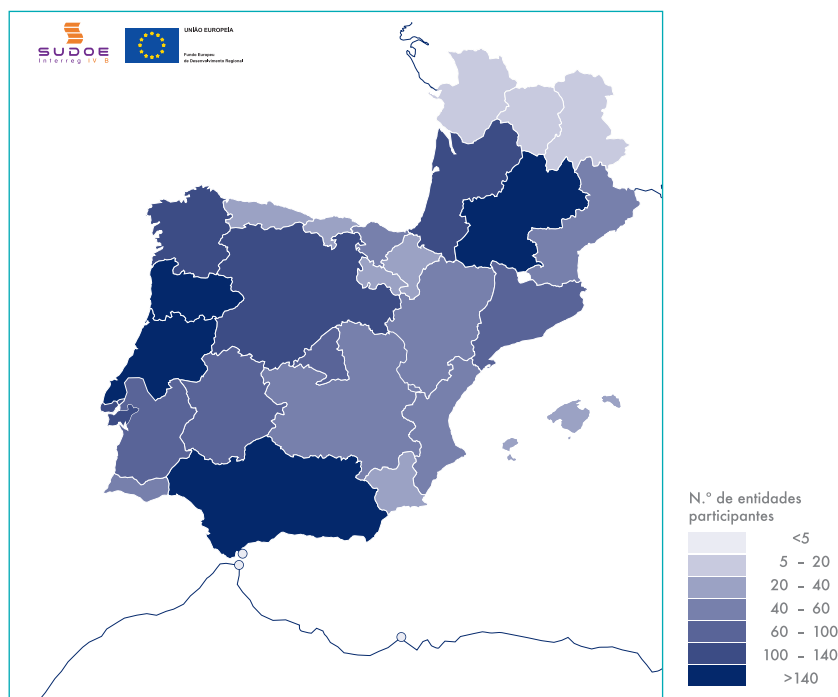
Na reunião do Comité de Programação do SUDOIE IVB de 4 de Junho de 2009 ficou concluído o processo de decisão da primeira convocatória lançada por este programa, na qual foram apresentadas 256 candidaturas, com uma participação expressiva de entidades portuguesas e da Região Centro.

O Programa de Cooperação Transnacional Sudoeste Europeu 2007 – 2013 (SUDOIE IVB) tem como principal intuito a consolidação do espaço do sudoeste europeu (Portugal, Espanha, algumas regiões de França e Gibraltar – Reino Unido) como um espaço de cooperação territorial nos domínios da competitividade e inovação, do ambiente, do desenvolvimento sustentável e do ordenamento do território, que contribua para assegurar uma integração harmoniosa e equilibrada das suas regiões no âmbito dos objectivos da coesão económica e social da União Europeia.

O SUDOIE IVB financia projectos através do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), privilegiando quatro grandes eixos de acção:

- Prioridade 1: Inovação – Promoção da inovação e constituição de redes estáveis de cooperação em matéria tecnológica;
- Prioridade 2: Ambiente – Melhorar a sustentabilidade para a protecção e conservação do ambiente e meio natural do SUDOIE;
- Prioridade 3: Acessibilidade – Integração harmoniosa do espaço SUDOIE e melhoria da acessibilidade às redes de informação;
- Prioridade 4: Desenvolvimento urbano sustentável – Impulsionar o desenvolvimento urbano sustentável aproveitando os efeitos positivos da cooperação transnacional.

Região de origem das entidades que integram as 256 candidaturas

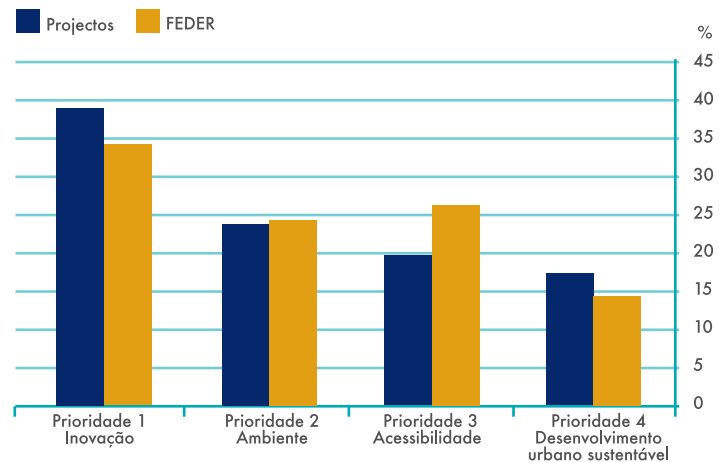


Na sequência desta convocatória, foram aprovados 46 projectos, que totalizam um investimento de 69,4 milhões de euros a que corresponde uma comparticipação FEDER de 52,0 milhões de euros.

Os 46 projectos aprovados dividiram-se do seguinte modo, quanto à repartição por grandes eixos de acção: 18 projectos (39% do total de projectos) referiam-se à prioridade 1 – Inovação, 11 projectos (24%) à prioridade 2 – Ambiente, nove projectos (20%) à prioridade 3 – Acessibilidades e oito projectos (17%) à prioridade 4 – Desenvolvimento urbano sustentável.

A distribuição do fundo comunitário (FEDER) por estes projectos premiou também a inovação, para a qual foram alocados 34% dos montantes aprovados, 25% dos fundos diziam respeito à prioridade 2, a prioridade 3 aparecia em segundo lugar, com 26% aprovados, e a prioridade 4 novamente por último, sendo-lhe atribuídos 15% do FEDER aprovado neste âmbito.

Projectos aprovados e FEDER atribuído no âmbito do SUDOE por prioridade



A participação de entidades portuguesas faz-se notar em 44 dos 46 projectos aprovados. Contudo, dado o montante reduzido de FEDER de que Portugal dispõe neste programa, dos 52,0 milhões de euros FEDER aprovados, apenas 6,5 milhões de euros estão afectos a promotores portugueses (12,5% do FEDER aprovado nesta convocatória).

Em termos regionais, nestes 44 projectos, destacam-se, pela quantidade de projectos em que participam, a Região Norte, estando presente em 19 projectos aprovados (43% do total de projectos com participação portuguesa) e a Região de Lisboa, com participação em 15 projectos (34%). A Região Centro participa em nove projectos (20%). Seguem-se as Regiões do Alentejo e Algarve, com participação em oito (18%) e seis (13%) projectos, respectivamente.

Ainda ao nível da distribuição regional dos projectos, mas desta feita, considerando-se o fundo comunitário aprovado, salienta-se Lisboa, com 39,6% do FEDER aprovado nos referidos 44 projectos em que participam entidades nacionais, embora uma parte relevante diga respeito a entidades de âmbito nacional localizadas na capital, seguida da Região Norte (com 27,1%). A alguma distância, mas próximas entre si, situa-se a Região Centro e as do Alentejo e Algarve, com valores entre 10 e 11%.

No que diz respeito à Região Centro, as entidades que participam neste programa são essencialmente instituições de ensino superior (Universidade da Beira Interior) e centros de incubação empresarial, desenvolvimento e transferência tecnológica (BIOCANT, Instituto Pedro Nunes, Centro de Inovação Empresarial da Beira Interior), estruturas associativas de natureza empresarial e turística (Associação Industrial do Distrito de Aveiro e Agência de Promoção Turística das Aldeias do Xisto) e Câmaras Municipais.

Estas entidades estão envolvidas essencialmente em projectos no âmbito da prioridade 1 – Inovação (5 projectos e 60% do FEDER atribuído a entidades da região) e da prioridade 3 – Acessibilidade (3 projectos e 30% do FEDER atribuído a entidades da região).





# [DINÂMICAS REGIONAIS NA REGIÃO CENTRO]

## SISTEMAS DE INCENTIVOS ÀS EMPRESAS NO ÂMBITO DO QREN

Os sistemas de incentivos do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) têm tido um papel de primeiro plano na realização da estratégia de desenvolvimento na Região Centro, já que esta estratégia assenta primordialmente na Agenda de Lisboa, a qual visa o reforço da produtividade e da competitividade das empresas, que é também o objectivo central dos sistemas de incentivos.

Do ponto de vista estratégico, os sistemas de incentivos apresentam duas importantes diferenças em relação à política correspondente praticada sob os Quadros Comunitários de Apoio (QCA) I, II e III: aplicam-se a um universo de sectores/actividades mais restrito e obedecem a critérios de selectividade dos projectos mais apertados. Quanto a este último ponto, cabe sublinhar, para além do refinamento operado em critérios já anteriormente utilizados, a introdução de um novo critério – o impacto regional –, que cabe às CCDR aplicar. Foi, deste modo, reintroduzida uma dimensão territorial na análise dos projectos, que já tinha estado presente nas primeiras gerações de sistemas de incentivos existentes no país após a adesão à União Europeia (nomeadamente através da modulação regional das taxas de incentivo), mas que, entretanto, tinha desaparecido. Este critério contempla indicadores que procuram traduzir-se na discriminação positiva dos projectos localizados nas áreas onde é mais deficitária a iniciativa empresarial.

Também no plano da governação e gestão foram introduzidas significativas melhorias. Desde logo, a redução da anterior profusão de sistemas de incentivos a apenas três, centrados nos grandes objectivos prosseguidos pela política industrial:

- **Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI&DT)**, para melhorar a capacidade das empresas para produzirem, absorverem e aplicarem o conhecimento, com vista ao aumento da competitividade das empresas;
- **Sistema de Incentivos à Inovação (SI Inovação)**, para incrementar o investimento produtivo inovador (que incorpore novas tecnologias), susceptível de garantir efectivos ganhos de produtividade e competitividade;
- **Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de Pequenas e Médias Empresas (SI Qualificação PME)**, para qualificar as PME nos diferentes domínios e factores de produção e reforçar a sua internacionalização. Ao contrário dos dois primeiros, este sistema de incentivos é reservado às empresas de pequena e média dimensão, em virtude das particulares dificuldades competitivas encontradas pelas empresas deste escalão dimensional, mas também pelo seu elevado potencial de inovação e criação de emprego.

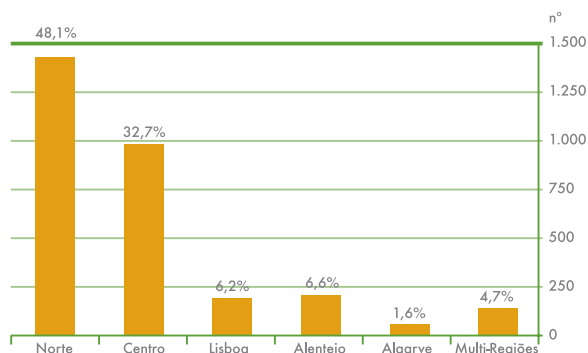
A aplicação destes três sistemas de incentivos (que são de âmbito nacional) encontra-se repartida pelo COMPETE - Programa Operacional Factores de Competitividade (PO FC) (herdeiro do PRIME e dos PEDIP) e pelos PO Regionais. Estes últimos ganharam assim uma componente “economia” que não possuíam antes, participando, deste modo, na política pública aplicável às empresas. Por outro lado, existe um balcão único para apresentação de candidaturas no portal dos incentivos do QREN. Importa, por fim, sublinhar um quarto aspecto em matéria de gestão, pela sua relação directa com o princípio da selectividade atrás referido: a valia dos projectos não é apreciada apenas em termos absolutos, mas também em termos relativos. Por isso, as candidaturas não são submetidas em regime permanente, mas sim através de concursos. Cada um destes dispõe de uma dotação orçamental própria e limitada, e pode visar objectivos ou domínios específicos e variáveis no tempo.

Estas medidas trouxeram, de facto, virtualidades importantes. Contudo, a crise económica, que emergiu em 2008, na sequência da crise financeira, e a retração do investimento empresarial que daí resultou, conduziu o Governo português a adoptar, aproveitando o afrouxamento temporário dos instrumentos comunitários que restringem os incentivos às empresas (disciplina dos auxílios do Estado, no âmbito da política de concorrência), um conjunto alargado de medidas de flexibilização destes sistemas de incentivos, visando tirar o máximo partido deste afrouxamento e acelerar a realização dos investimentos apoiados. Adoptaram-se também medidas para tornar mais fácil o acesso aos incentivos, como a agilização e aumento do adiantamento de incentivos e a adaptação dos critérios de admissibilidade à mais precária situação financeira das empresas, nomeadamente permitindo uma menor exigência em termos de rácio de autonomia financeira e da cobertura de investimento por capitais próprios, e alargou-se ainda a abrangência sectorial destes últimos. Estas medidas são, atente-se, de carácter conjuntural, visando dar uma resposta imediata ao problema da inibição do investimento suscitado pela crise e pretendendo-se que expirem em 2010. Algumas delas encontram-se, aliás, em contradição com o novo paradigma que se desejava inicialmente para os sistemas de incentivos, e a que importa regressar quando os problemas conjunturais mais prementes tiverem sido superados.

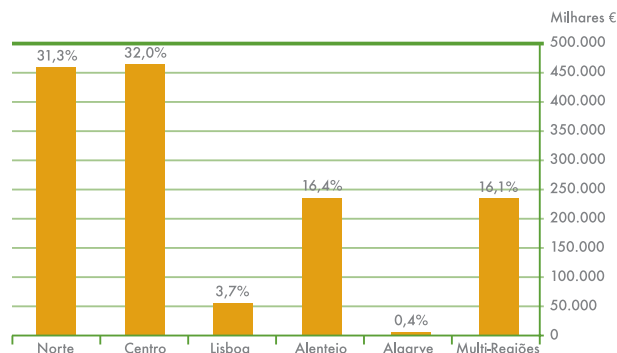
Vistas as potenciais oportunidades que as alterações nos sistemas de incentivos trouxeram e os condicionalismos de contexto com que se defrontaram, importa avaliar os resultados conseguidos até agora, nos diferentes concursos já realizados e concluídos desde Novembro de 2007 (quando foi aberto o primeiro deles), até Agosto de 2009.

Para a Região Centro, eles foram, de um modo geral, bastante animadores, sendo que a resposta do tecido empresarial tem ultrapassado as melhores expectativas que se poderiam ter a este respeito. Dos cerca de 3.000 projectos aprovados no país (seja enquadrados no COMPETE, seja nos PO Regionais), nos três sistemas de incentivos, 985 (32,7%) correspondem exclusivamente à Região Centro, mantendo-se na mesma ordem de grandeza a percentagem respeitante ao investimento envolvido nestes projectos e o incentivo atribuído. A Região Centro é a que apresentava, no conjunto das cinco regiões do Continente, o maior volume de incentivos concedidos (467 milhões de euros, representando, pois, 32,0% do total) e estava na primeira linha do investimento elegível (1,34 mil milhões de euros, representando 32,4% deste investimento). A posição da região nestes três indicadores encontrava-se, assim, largamente acima do seu peso relativo no país, por exemplo, em termos de contributo para o Produto Interno Bruto (PIB).

**Projectos aprovados nos sistemas de incentivos por regiões do Continente**



**Incentivo atribuído por regiões do Continente**



Fonte: COMPETE e PO Regionais, Agosto de 2009

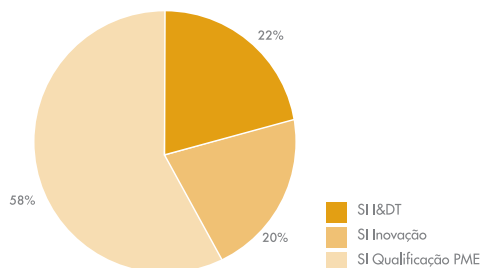
Estes resultados contrastam com o que acontecia no passado, em que o peso da região nos sistemas de incentivos nunca ultrapassou tanto como agora o seu peso relativo na economia nacional. Por outro lado, realça-se o facto de o montante de incentivo concedido, assim como o investimento envolvido nestes projectos, terem ultrapassado a Região Norte, quando esta apresenta um número de empresas muito superior. Em comparação com a outra região de convergência do Continente, o Alentejo, denotava-se uma maior aproximação desta face às restantes em percentagem do fundo atribuído aos projectos do que em proporção do número de projectos. Este resultado decorria da existência de quatro projectos de grande dimensão, realizados em Évora e Sines, os quais impulsionaram o investimento no Alentejo e, consequentemente, o financiamento comunitário aprovado, ainda que obedecem a um regime especial em matéria de incentivos, que se traduz nomeadamente em taxas de incentivo muito mais baixas do que os restantes projectos.

Um terceiro aspecto a salientar é o de que, graças ao já patente dinamismo revelado pelos agentes empresariais da Região Centro, a região consegue captar um volume de recursos do COMPETE (no qual as diferentes regiões se encontram em competição entre si) muito maior do que se as circunstâncias fossem diferentes. De facto, o montante total de incentivo atribuído até 28 de Agosto de 2009 para a região era três vezes superior ao montante de incentivo concedido apenas pelo PO Regional, o Mais Centro.

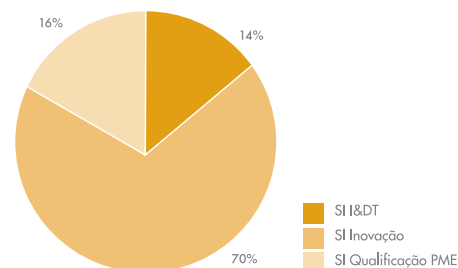
Na Região Centro, no que toca ao número de projectos aprovados, o sistema de incentivos que acolheu mais foi o SI Qualificação PME (636 projectos), facto verificado em todas as NUTS III, com excepção do Pinhal Interior Sul (em que houve uma superioridade do SI Inovação), seguindo-se o SI I&DT e o SI Inovação. Ressalta-se o posicionamento do SI I&DT, que concentrou 22% de projectos aprovados, em sectores de elevada intensidade tecnológica ou em sectores tradicionais que visavam o *upgrading* tecnológico, o que traduz, afinal, o elevado potencial tecnológico da região e a capacidade das suas empresas para o converterem em bens e serviços comercializáveis.

Em termos de fundo comunitário atribuído foi, contudo, o SI Inovação, que concedeu maior volume de incentivo, tendo-se verificado esta situação em todas as NUTS III da região, com excepção apenas para a Cova da Beira (em que dominou o SI Qualificação PME).

**Projectos aprovados por sistema de incentivos**



**Incentivo atribuído por sistema de incentivos**

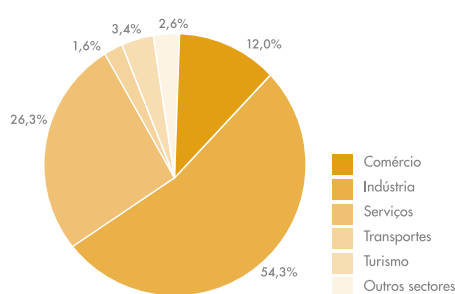


Fonte: COMPETE e Mais Centro, Agosto de 2009

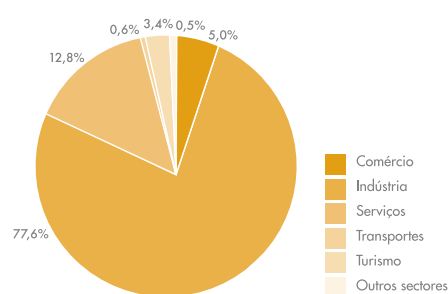
No que respeita à dimensão média dos projectos, evidenciou-se fortemente o SI Inovação, cujos projectos, na Região Centro, atingiram, em média, os 5,3 milhões de euros de investimento elegível, ao passo que os do SI I&DT e o SI Qualificação PME apresentaram uma dimensão média de 537 mil euros e 309 mil euros, respectivamente.

Os sistemas de incentivos apoiam essencialmente projectos de investimento nos sectores da indústria, energia, comércio, turismo, transportes e logística, serviços e construção. No que toca à distribuição sectorial dos incentivos, na Região Centro, esta foi heterogénea, à semelhança da estrutura produtiva da região. No entanto, a maior procura teve a sua origem nas actividades com maior presença e/ou maior potencial na região, estando, assim, os incentivos a exercer um papel importante de consolidação ou alargamento das vantagens comparativas regionais. Denota-se, no total da região, que há claramente mais aprovações de projectos na indústria, sendo este sector responsável por mais de metade dos projectos aprovados no âmbito dos sistemas de incentivos e mais de  $\frac{3}{4}$  do incentivo aprovado.

Projectos aprovados nos sistemas de incentivos por sector de actividade



Incentivo atribuído por sector de actividade

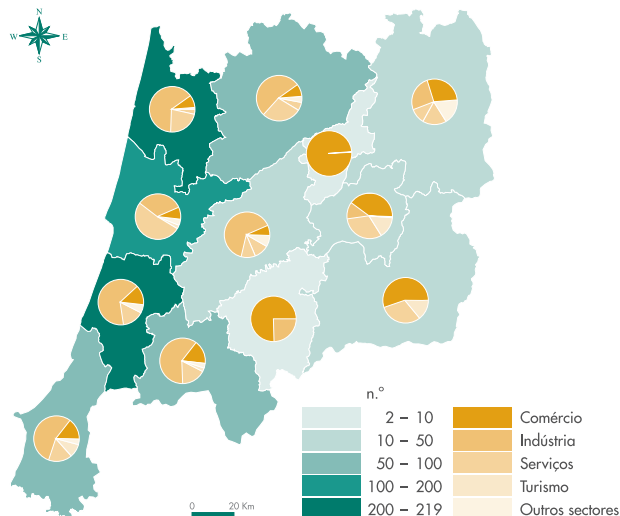


Fonte: COMPETE e Mais Centro, Agosto de 2009

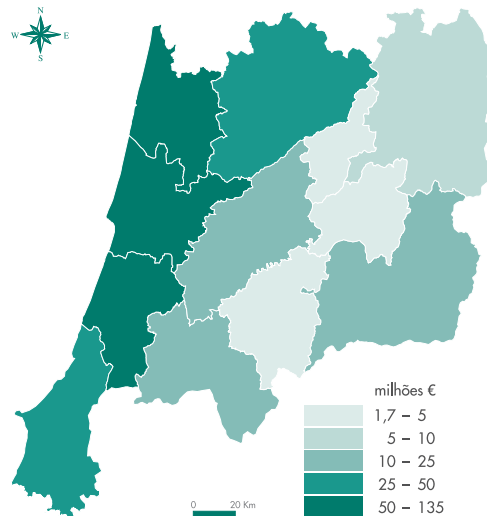
Numa desagregação por NUTS III, observa-se que as sub-regiões com mais projectos aprovados no âmbito dos sistemas de incentivos foram o Pinhal Litoral (219) e o Baixo Vouga (214). Em termos de análise sectorial, ressalta que na maioria das NUTS III se destacava o sector da indústria, com excepção apenas da Beira Interior Norte, da Cova da Beira e do Baixo Mondego, em prol do comércio nas duas primeiras e dos serviços no Baixo Mondego.

Quanto à distribuição sub-regional dos incentivos concedidos, verifica-se, como seria de esperar, uma maior concentração nas NUTS III à partida mais industrializadas e com maior densidade económica e populacional (Baixo Vouga, Baixo Mondego, Pinhal Litoral e Dão-Lafões).

Projectos aprovados nos sistemas de incentivos, por sector e NUTS III (Agosto 2009)



Incentivo atribuído por NUTS III (Agosto de 2009)



Fonte: COMPETE e Mais Centro, Agosto de 2009



Apesar de existir, entre os critérios de apreciação do mérito dos projectos, um grupo de critérios destinado a avaliar o impacto regional dos investimentos apoiados (quer nos PO Regionais, quer no COMPETE) que discrimina positivamente os projectos localizados nas áreas menos desenvolvidas, tal mecanismo não é suficiente para compensar a desvantagem relativa com que estas áreas se confrontam à partida em matéria de iniciativa empresarial. No sentido de contornar este obstáculo, o QREN criou um programa específico (e exclusivo) para as zonas de baixa densidade, designado por Programa de Valorização Económica dos Recursos Endógenos (PROVERE), que visa estimular em especial o investimento empresarial, em articulação com investimentos realizados por agentes públicos (em especial as autarquias) e por outros tipos de actores (associações, agências de desenvolvimento, etc.). Os agentes (privados e públicos) da região aderiram fortemente a este programa, tendo sido aprovados oito programas de acção, que reflectem a valia económica de recursos singulares do território (património arqueológico, aldeias de xisto, aldeias históricas, espaços de romanização, recursos termais, mercados do Tejo, áreas protegidas, gastronomia de excelência), envolvendo um investimento total previsto de mais de mil milhões de euros (80% do qual de iniciativa privada), a realizar num período de três ou quatro anos (Quadro 13).

**Quadro 13 – Programa de Valorização Económica dos Recursos Endógenos (PROVERE) envolvendo a Região Centro** Investimento Total (milhares €)

	Investimento Total (milhares €)
Turismo e Património do Vale do Côa	122.589
Rede das Aldeias do Xisto	145.837
Aldeias Históricas e Valorização do Património Judaico	103.891
Valorização das Estâncias Termais da Região Centro	240.420
Villa Sicó - Programa de Valorização Económica dos Espaços da Romanização	112.858
Mercados do Tejo	167.429
Beira Baixa - Terras de Excelência	42.156
Buy Nature - Turismo sustentável em áreas protegidas	264.404
<b>TOTAL PROVERE</b>	<b>1.199.584</b>

Há ainda outros programas colectivos de investimento empresarial em que a região se encontra também fortemente envolvida, englobados nas Estratégias de Eficiência Colectiva. A região participa em 10 destes programas, concretamente: seis Pólos de Competitividade e Tecnologia (de âmbito nacional), nas áreas da saúde; energia; *engineering & tooling*; refinação, petroquímica e química industrial; TICE e turismo; e quatro Outros *Clusters* (de âmbito regional): do *habitat*, agro-industrial (do Centro e do Ribatejo) e economia do mar. O investimento empresarial a realizar nestes dois tipos de programas de acção, num período de três a cinco anos, ultrapassa os 300 milhões de euros (Quadro 14).

**Quadro 14 – Pólos de Competitividade e Tecnologia e Outros Clusters envolvendo a Região Centro** Investimento Total (milhares €)

	Investimento Total (milhares €)
Pólo de competitividade da saúde	65.354
Pólo de competitividade e tecnologia da energia	18.183
Pólo de competitividade e tecnologia <i>engineering &amp; tooling</i>	11.910
PRODUTECH Pólo das tecnologias das indústrias de refinação, petroquímica e química industrial	5.150
TICE.PT Pólo das tecnologias de Informação, Comunicação e Electrónica	62.120
Pólo de competitividade e tecnologia do turismo 2015	35.659
Cluster <i>habitat</i> sustentável	6.047
Cluster agro-industrial do Centro	7.954
Cluster agro-industrial do Ribatejo	7.498
Cluster do conhecimento e da economia do mar	120.203
<b>TOTAL Pólos de Competitividade e Tecnologia e Outros Clusters</b>	<b>340.078</b>

# FONTES

## CONJUNTURA

### • Enquadramento Nacional

- INE - Contas Nacionais Trimestrais
- Inquérito ao Emprego
- Índice de Preços no Consumidor
- Inquérito de Conjuntura aos Consumidores
- Inquéritos Qualitativos de Conjuntura

### • Mercado de Trabalho

- INE - Inquérito ao Emprego
- Índice de Preços no Consumidor
- Índice de Custo do Trabalho
- IEFP - Desemprego Registado por Concelho – Estatísticas Mensais

### • Desemprego Registado

- IEFP - Desemprego Registado por Concelho – Estatísticas Mensais
- INE - Estimativas Anuais da População Residente (2008)

### • Endividamento das Empresas

- Banco de Portugal
- Empréstimos concedidos a sociedades não financeiras
- Rácios de crédito vencido das sociedades não financeiras
- INE - Índice de Preços no Consumidor

### • Comércio Internacional de Bens

- INE - Contas Nacionais Trimestrais
- Entradas e Saídas de Mercadorias por Secção da Nomenclatura Combinada, Tipo de Comércio, NUTS II e NUTS III
- Secções seleccionadas:
  - I - Animais vivos e produtos do reino animal
  - IV - Produtos das indústrias alimentares; bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres; tabaco e seus sucedâneos manufacturados
  - VI - Produtos das indústrias químicas ou das indústrias conexas
  - VII - Plástico e suas obras; borracha e suas obras
  - IX - Madeira, carvão vegetal e obras de madeira; cortiça e suas obras; obras de espartaria ou de cestaria
  - X - Pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas; papel ou cartão para reciclar (desperdícios e aparas); papel e suas obras
  - XI - Matérias têxteis e suas obras
  - XIII - Obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica ou de matérias semelhantes; produtos cerâmicos; vidro e suas obras
  - XV - Metais comuns e suas obras
  - XVI - Máquinas e aparelhos, material eléctrico, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios
  - XVII - Material de transporte

### • Turismo

- INE - Inquérito à Permanência de Hóspedes e outros dados na Hotelaria
- Boletim Mensal de Estatística
- Índice de Preços no Consumidor

### • Construção e Habitação

- INE - Inquérito aos Projectos de Obras de Edificação e de Demolição de Edifícios
- Índice de Preços de Manutenção e Reparação Regular da Habitação (Base 2000)
- Inquérito à Avaliação Bancária na Habitação
- Índice de Preços no Consumidor

### • Caixas e Terminais Multibanco

- SIBS - Transacções realizadas em Caixas Automáticas por Município
- Transacções realizadas em Terminais de Pagamento Automático por Município
- INE - Índice de Preços no Consumidor

### • Políticas Públicas na Região Centro

- Comissão Técnica de Coordenação do QREN
- Indicadores Conjunturais de Monitorização: Boletins Informativos n.º 1, 2 e 3
- Autoridade de Gestão do Mais Centro

### • Cooperação Transnacional do Sudoeste Europeu 2007-2013

- Secretariado Técnico do Programa SUDOE (2007 – 2013)

## DINÂMICAS REGIONAIS NA REGIÃO CENTRO

### • Sistemas de Incentivos às Empresas no âmbito do QREN

- Autoridade de Gestão do Mais Centro
- Autoridade de Gestão do COMPETE

A informação contida no “Região Centro – Boletim Trimestral” do primeiro trimestre de 2009 foi recolhida até ao dia 31 de Agosto de 2009.

